

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em Didática da Língua Portuguesa

A seleção dos manuais de Língua Portuguesa no 1.º CEB:

Condicionantes e sugestões de melhoramento

Maria da Luz Machado de Paiva Fidalgo Pedrosa

Trabalho realizado sob a orientação do

Professor Doutor Pedro Balaus Custódio

Coimbra 2013

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em Didática da Língua Portuguesa

A seleção dos manuais de Língua Portuguesa no 1.º CEB:

Condicionantes e sugestões de melhoramento

Maria da Luz Machado de Paiva Fidalgo Pedrosa

Trabalho realizado sob a orientação do

Professor Doutor Pedro Balaus Custódio

Coimbra, outubro 2013

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Pedro Balaus Custódio pelo apoio e confiança que depositou em mim;

Agradeço à minha grande amiga Cristina Pinto pela força e estímulo;

À minha família por todas as horas que lhes roubei;

A mim... por ter conseguido chegar ao fim...

Resumo:

Muitas são as funções exercidas pela leitura na escola e na vida. Lê-se para alargar os limites do conhecimento, para obter informação, para refletir, para descontraír...

Um ensino/aprendizagem que preconiza uma leitura ativa e dinâmica, regula-se no sentido de prática social e cultural que esta possui. Só desta maneira os alunos poderão alcançar a sua aprendizagem como método de ampliar as capacidades de comunicação, de utilização e acesso ao conhecimento.

O português, quer como língua materna do sujeito, quer como língua de acolhimento é basilar no processo de comunicação e de estruturação do pensamento. Compete à área curricular de Português fomentar a aquisição e o aperfeiçoamento de competências transversais, concretamente no domínio da compreensão na leitura, que possibilitem um uso correto da língua.

Intrínseca a problemática encontra-se o conceito de literacia, que arroga um papel de relevo. As proficiências neste domínio servirão para apropriar a nossa memória coletiva e para abonar o desempenho de uma cidadania responsável e ativa. Daqui urge a necessidade de investigar o papel que o manual escolar de Língua Portuguesa deve representar no processo de aquisição de competências ao nível da compreensão na leitura.

Neste quadro, sobressai a reflexão sobre a estrutura de muitos manuais escolares e o modo como são habitualmente utilizados no desenvolvimento desse currículo, visto que estes se encontram estreitamente ligados e se condicionam mutuamente.

Confrontados os pareceres dos professores acerca do estatuto do manual escolar no ensino do português constatamos a sua centralidade nas práticas letivas.

A valorização do manual advém da convicção de que as equipas que os elaboram são detentoras de conhecimentos científicos e pedagógicos. Desta

forma, o carácter de verdade que lhe é atribuído mantém-se sendo reforçado, presentemente, pela certificação de instituições académicas.

Os critérios que determinam a escolha de um manual são demasiadas vezes incoerentes. A inexistência de uma reflexão crítica por parte dos professores, a ausência de formação específica na área dos manuais escolares, o tempo e espaço limitado para o fazer, assim como o reduzido apoio por parte das grelhas de orientação do Ministério de Educação, e a grande influência comercial das editoras, acabam por ser determinantes na adoção dos manuais.

No entanto, não se pode ignorar o papel indubitável que desempenha o manual escolar nas práticas letivas. Tanto o manual como os programas e as metas curriculares são objeto de recontextualização em que as conceções dos professores são fundamentais.

Acreditamos que uma mudança significativa que ocorra nas práticas letivas terá de passar, fundamentalmente, por uma boa escolha de um manual escolar.

Palavras-chave: Manuais escolares; práticas letivas; ensino do português; escolha do manual escolar de português.

Abstract:

Many are the duties performed by reading in school and in life. One reads to extend the boundaries of knowledge, for information, to reflect, to relax...

A teaching / learning process, which calls for active and dynamic reading, adjusts itself towards social and cultural practice. Only this way students can achieve a better learning process as a method of extending the capabilities of communication, use of and access to knowledge.

Portuguese, as a mother language or as a host language, is fundamental in the process of communication and in the process of structuring the thought. The acquisition and improvement of soft skills, specifically in the area of reading comprehension, and the enabling of a correct use of the language are the basic topics of the Portuguese curricular area.

Only directly related is the concept of literacy, which arrogates a prominent role. The proficiency in this area will serve to appropriate our collective memory and to accredit the performance of active and responsible citizenship. Hence the need to investigate the role which the Portuguese Language textbook should represent on acquiring skills in the reading comprehension process.

In this context, stands a reflection on the structure of many textbooks and how they are commonly used in the development of the curriculum, since they are closely related and are mutually dependent.

We confronted the opinions of teachers about the status of the textbook in Portuguese teaching and we confirmed its central need on the learning practices.

The appreciation of the textbook comes from the conviction that the teams that elaborate them are holders of scientific and pedagogical knowledge. Thus, the accuracy assigned to it keeps being presently reinforced by academic institutions' certification.

The criteria that determine the choice of the textbook are too often inconsistent. The lack of critical reflection by teachers, the lack of specific training in the textbook area, the limited time and space to do so, as well as reduced support from the guidance of the Ministry of Education, and the great influence of commercial publishers, are definitely decisive in the adoption of the textbooks.

However, one cannot ignore the role played by the unquestionable textbook learning practices. Textbooks, programs and curriculum goals are subject to recontextualization in which teachers conceptions are crucial.

We believe that a meaningful change has to occur in the learning practices and that it will fundamentally have to concern a good choice of the textbook.

Keywords: Textbooks; learning practices; teaching of Portuguese; choice of the Portuguese textbook.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. Considerações prévias	9
2. Contextualização do estudo	12
3. Importância do estudo	12
4. Finalidades, objetivos e questões de estudo	15
5. Estrutura do estudo	17
Capítulo I	19
FUNDAMENTAÇÃO	
1. Fundamentação teórica	21
2. O manual escolar no processo educativo português: Enquadramento legal	23
3. O manual no 1.º ciclo do Ensino Básico	29
Capítulo II	
METODOLOGIA	41
1. Apresentação do questionário realizado, a sua análise e interpretação de dados	43
2. População e amostra	45
3. Técnica e instrumento de recolha de dados	48
3.1. Aplicação de Inquérito sobre a escolha de manuais escolares	48
4. Recolha e tratamento de dados	48

5. A relação dos professores com o manual escolar	50
5.1. Correspondência entre os manuais e os programas	51
5.2. Utilidade do manual	53
5.3. Utilização do manual no quotidiano das práticas pedagógicas	55
5.4. Interesse e valor do manual em relação ao destinatário	56

Capítulo III

MANUAIS ESCOLARES DE PORTUGUÊS	59
1. Escolha de manuais	61
1.1. Dificuldades na escolha de manuais	63
1.2. Participação na escolha de manuais	65
2. Noção de um bom manual	67
2.1. Prioridades científico pedagógicas	67
2.2. Prioridades pedagógico metodológicas	72
2.3. A quantidade de sugestões de trabalho prático	74
2.4. Manuais e estratégias de ensino	76
2.5. A importância na abordagem de diferentes tipos de texto	77
2.6. Textos literários	80
2.7. Géneros literários que se pretendem em maior quantidade nos manuais	81
2.8. Quantidade de textos não literários nos manuais	83
2.9. O desenvolvimento da escrita	84
2.10. A Interdisciplinaridade	85
2.11. Estimulação da criatividade e da imaginação	87
2.12. Dificuldades nas estratégias sugeridas pelo manual	88

2.13. Estratégias alternativas aquando da ausência de estratégias do manual	90
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO	93
MODELO DE ANÁLISE DA DGIDC PARA ADOÇÃO DE MANUAIS E PROPOSTA DE MELHORIA	107
1. Apresentação do modelo de análise proposto pela DGIDC para a adoção de manuais	109
2. Proposta de melhoramento para análise de manuais	110
3. Apresentação de uma proposta com base nos dados recolhidos	113
CONCLUSÃO	123
BIBLIOGRAFIA	133
ANEXOS	141
Anexo 1. Questionário – Análise sobre manuais escolares no 1.º Ciclo do EB	143
Anexo 2. Orientações para uma boa escolha de um manual didático	151

ÍNDICES DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Amostra do concelho.	45
Quadro 2. Tempo de serviço.	46
Quadro 3. Habilitações profissionais.	47
Quadro 4. Para si o manual escolar é...	50
Quadro 5. Para si os manuais escolares...	52
Quadro 6. O manual escolar é útil, principalmente...	54
Quadro 7. Na sua prática pedagógica utiliza o manual de português...	55
Quadro 8. Na sua opinião, os manuais...	57
Quadro 9. Para si a escolha de manuais escolares ocorre...	61
Quadro 10. Na sua opinião, a principal dificuldade na escolha de manuais reside...	64
Quadro 11. Desde que leciona trabalhou com manuais escolares...	65
Quadro 12. Os aspetos mais importantes da informação veiculada por um manual escolar, são:	68
Quadro 13. Para si o manual deveria ser:	70
Quadro 14. Um bom manual deve dar prioridade a...	73
Quadro 15. A sua preferência vai para um manual...	75
Quadro 16. Na consolidação de conhecimentos acha que o manual deve conter estratégias para...	77
Quadro 17. Utiliza o texto técnico- informativo do manual quando...	78
Quadro 18. No seu trabalho pedagógico, a sua preferência (e frequência) em termos de género literário vai para...	80
Quadro 19. De acordo com a sua prática, os manuais deveriam ter mais textos literários:	82
Quadro 20. Na sua opinião, nos manuais escolares, os textos não literários e outros de quotidiano social, existem...	83

Quadro 21. De acordo com as propostas do manual escolar, o desenvolvimento da escrita...	84
Quadro 22. Na sua opinião, os manuais para questões de interdisciplinaridade, estão...	86
Quadro 23. Em relação ao manual, para desenvolver aspetos como a imaginação e a criatividade, considera...	87
Quadro 24. As maiores dificuldades na relação entre um manual e o aluno, devem-se a...	89
Quadro 25. Quando considera que determinado conteúdo não é suficientemente abordado no manual adotado...	90

ABREVIATURAS

ME – Ministério Educação

PNL – Plano Nacional de Leitura

PNEP – Programa Nacional Ensino do Português

DGE – Direção Geral de Educação

DGIDC – Direção Geral Inovação Desenvolvimento Curricular

M – Manual escolar

GAVE – Gabinete de Avaliação Educacional

PISA – Programme for International Student Assessment

Adapt – adaptações

Hist – histórias

Inf – Inferências

Comport/ - comportamento

Instr – instruções

APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

*Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros
desaprendam a arte do voo.*

*Pássaros engaiolados são pássaros sob controle.
Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser.
Pássaros engaiolados sempre têm um dono.
Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo.*

*Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.
O que elas amam são pássaros em voo.
Existem para dar aos pássaros coragem para voar.
Ensinar o voo, isso elas não podem fazer,
porque o voo já nasce dentro dos pássaros.
O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.*

Rubem Alves

INTRODUÇÃO

O aumento da população estudantil alterou o universo educativo atual num mundo culturalmente mais complexo e rico. A sociedade alimenta-se da informação, especialmente da informação escrita, o que diferencia os seus utilizadores não só no acesso que têm a ela bem como o uso que dela fazem. Daqui surge um dos determinantes modernos: a fruição de capacidades de compreensão e de produção escrita.

Tendo em conta esta realidade, o Ministério da Educação expôs competências transversais particularmente relacionadas com a obtenção de saberes metodológicos que possibilitam a produção de aprendizagens de natureza cognitiva e afetiva.

Estas competências atravessam todas as áreas curriculares (disciplinares e não disciplinares) propostas pelo currículo, ao longo da escolaridade.

De facto, o prazer pela pesquisa, a aptidão de procurar informação em diversos contextos e suportes, a capacidade de comunicação, o recurso a estratégias cognitivas, o aperfeiçoamento de um pensamento autónomo, a par da capacidade para colaborar com outros, estabelecem exemplos de aspetos fulcrais da aprendizagem e devem ser ponderados como elementos basilares do currículo.

Com uma escolarização efetiva encontra-se encetado o espaço para uma inclusão de saberes extraescolares, permitindo a menção a sistemas de significado construídos na realidade em que os alunos se inserem. Estes, coadjuvados por processos de desenvolvimento linguístico, permitirão que os alunos sejam progressivamente mais ativos e mais autónomos na sua aprendizagem.

É neste âmbito que a transversalidade se revela de extrema importância na área de Língua Portuguesa quando se torna promotora de saberes instrumentais indispensáveis à aquisição de outros saberes relacionados com a formação global do aluno. De facto, adquirir e desenvolver competências transversais, particularmente no que concerne à compreensão leitora, contribui para uma integração plena na sociedade multicultural atual facilitando a utilização dos variados recursos que esta coloca à sua disposição. Um dos contributos viáveis para dar resposta a esta realidade multicultural poderá ser aproveitado no recurso a materiais didáticos que atendam a heterogeneidade e respeitem as diversidades culturais, no contexto de sala de aula, fazendo uso de um discurso híbrido que a todos considere.

Sabemos que os professores são transmissores de um currículo oficial espelhado nos livros didáticos, que obedecem, ou deveriam obedecer, às diretrizes do currículo nacional estabelecido para cada disciplina.

O ensino aprendizagem da língua portuguesa deverá exercer um papel decisivo neste contexto. Através desse ensino, o aluno deverá aprender a usar a linguagem, a interagir através dela e a intervir com os outros a partir da mesma.

Segundo Sousa (1999), para ter leitores é indispensável formá-los, não basta desejá-los. Formar leitores exige da escola e dos múltiplos intervenientes no processo educativo, atitudes que inflamem o pensamento, o sentido crítico, que respondam a desafios, arriscando em objetos de leitura ricos e diversificados e numa atitude de diálogo e cooperação, desde o início da escolaridade.

Constata-se que no ato complexo de ensinar e aprender, professores e alunos procuram alguma segurança, refugiando-se no manual escolar,

eleito como instrumento prioritário de emissão de conhecimentos, fazendo deste o recurso prevalente.

Sendo os manuais um dos recursos educativos mais utilizados tanto no ensino/aprendizagem da língua portuguesa como no de outras áreas curriculares (disciplinares e não disciplinares), é urgente intervir numa boa escolha de um manual, rico em literatura de especialidade, de modo a impulsionar competências nos alunos, especialmente no que diz respeito à compreensão leitora.

Constata-se que no processo educativo parte-se dos textos do manual para transmitir conhecimentos e, alunos e professores, raramente se interrogam sobre a escolha dos mesmos, sobre os princípios por eles veiculados, tornando-os como verdades absolutas. Deste modo, a escola, inconscientemente, acaba por contribuir para a manutenção das desigualdades sociais e culturais ao transmitir valores, atitudes e hábitos da cultura dominantes, tomadas como sua a cultura legítima.

A língua portuguesa é, ainda, a língua de acolhimento das minorias linguísticas que vivem no nosso país. Por isso, o seu domínio é tão importante no progresso individual, no acesso ao conhecimento, na integração social, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional e no exercício pleno da cidadania de todos aqueles que têm o português como língua estrangeira ou como língua segunda.

O surgimento destas minorias origina transformações positivas na conduta dos professores, pois exige novas proficiências no âmbito da análise e na intervenção sobre as práticas linguísticas.

Compete à escola, através da ação dos professores e agentes educativos que nela se integram, e da influência dos manuais, de entre outros elementos que poderão afetar o ensino aprendizagem, colmatar as grandes lacunas detetadas no âmbito da literacia.

A escola continua a ser o formador do leitor do século XXI, o que propicia desafios cada vez mais complexos. Esta complexidade envolve o importante papel da língua portuguesa no desenvolvimento de competências transversais necessárias para o sucesso do aluno.

É neste contexto que consideramos que poderá haver uma relação positiva entre o desenvolvimento de competências associadas à compreensão na leitura e escrita e os manuais da área curricular disciplinar de português.

Como objetivo desta abordagem deseja-se determinar em que medida os atuais manuais de Português vão ao encontro dos princípios que descrevem um ensino e aprendizagem norteado para o desenvolvimento de competências transversais no domínio da compreensão leitora, de acordo com as diretrizes emanadas pela política educativa.

Como se preconiza que a escola produza um discurso pedagógico didático compreensível para os alunos, importa que os manuais cumpram este requisito.

Na conceção de um manual escolar deve ser dada importância à linguagem, à elaboração teórica do manual, à interdisciplinaridade, autonomia e criatividade, à perspetiva crítica da cidadania, à discriminação e, ainda, aos conteúdos, às atividades, aos recursos didáticos, à avaliação, enfim, ao modelo pedagógico didático que veicula.

Por conseguinte, os manuais escolares e, muito particularmente, os de Língua Portuguesa, devem constituir um contributo para ajudar a formar leitores competentes (Morais, 2006).

Importa pois, refletir sobre a função desempenhada pelos manuais escolares de Português do Ensino Básico na aquisição e desenvolvimento de competências nomeadamente na compreensão leitora.

Perante as dificuldades anuais dos docentes na participação na escolha de manuais escolares e as lacunas por eles detetadas, considerou-se a tentativa de minorar esta situação propondo-se definir critérios fundamentais a que os manuais deverão obedecer, de forma a melhorar os problemas de literacia e, conseqüentemente, a melhoria da compreensão na leitura.

1. Considerações prévias

No presente trabalho propõe-se inferir sobre as representações que os professores do 1.º Ciclo detêm dos manuais escolares, a forma como os utilizam, bem como a perspetivação do futuro dos mesmos no processo educativo, face à proliferação de meios e recursos curriculares e educativos.

Investigando a forma como o ensino do português tem vindo a ser implementado, é evidente que nos deparamos com sérias dificuldades no que concerne à construção do sentido, ou seja, o discente lê os textos, porém não consegue estabelecer uma relação entre os textos escritos e os seus significados. Encarando os processos de leitura e escrita como primordiais para o desenvolvimento dos educandos, as relações que se estabelecem entre os interlocutores e os textos exigem uma observação cuidada visto que o processo da aquisição da leitura tem sido modelado unicamente na codificação desses textos. Perante isto, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de se entender a prática da leitura e escrita como indissociáveis e que são responsáveis pela autonomia e senso crítico reflexivo do aluno.

Nesta perspetiva, deve-se ter em consideração os meios pedagógicos que se têm utilizado em sala de aula, para que se possa compreender o processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, é necessário identificar quais as práticas mais usuais utilizadas pelos professores em contexto escolar. É importante identificar as didáticas e os estilos que os docentes utilizam para trabalhar a aquisição da leitura e da escrita, bem como a conceção que o educador tem acerca do ato de ler em relação ao aspeto social. Daqui resulta a questão fundamental sobre o que é imprescindível para uma verdadeira efetivação do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

Importa, então, analisar as práticas pedagógicas no processo de construção do saber e quais os percursos adequados para que os educandos consigam dar um significado ao que leem e escrevem.

Para melhor compreensão desta análise utilizou-se a metodologia do estudo de caso, que recairá sobre professores do 1.º Ciclo. Através de inquéritos por questionário averiguou-se junto dos inquiridos a relação que tinham com o manual escolar, como o utilizavam, qual a sua importância no trabalho que desenvolviam e o que pensavam acerca deste instrumento de trabalho face à panóplia de recursos, meios e fontes de acesso à informação e conhecimento, cada vez mais disponíveis no dia-a-dia do contexto escolar.

A metodologia utilizada neste trabalho versou, inicialmente, a construção de um esquema orientador, cujo tema foi “Como escolher um bom manual”. Posteriormente, providenciou-se um inquérito (anexo 1) sobre o tema “Análise sobre manuais escolares no 1.º ciclo” que foi entregue a docentes do grupo 110. Para o desenvolvimento deste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, na qual se produziu um referencial teórico necessário para compreender as questões levantadas e

algumas entrevistas e observações escritas que, depois de analisadas, serão devidamente referenciadas nesta abordagem.

Conscientes da impossibilidade de generalizações, dada a natureza do estudo e a pouca expressividade da amostra em análise, terminaremos este trabalho com algumas conclusões, questões e sugestões (anexo 2), que poderão servir de ponto de partida para futuros estudos mais aprofundados sobre a temática dos manuais escolares e recursos a eles associados e que vão ao encontro das expectativas de quem objetiva, diariamente, o processo educativo.

Por conseguinte, e de acordo com o tema, a Introdução e a Fundamentação reportam-se essencialmente à importância do estudo, finalidades e fundamentação teórica.

Na parte referente à Metodologia, ao Estudo dos Manuais Escolares de Português e na Análise e Interpretação dos dados do questionário, desenvolve-se a metodologia utilizada no estudo e tratamento de dados perante um inquérito sobre a escolha de manuais escolares. Tenta-se compreender e enquadrar a problemática dos manuais escolares no 1.º Ciclo, bem como as funções que os professores lhes atribuem no desenvolvimento curricular e atividades de ensino e aprendizagem, dentro e fora das salas de aula.

No capítulo V, a partir de inferências representadas pelos professores e perante o modelo de análise sugerido pela DGIDC, aventura-se uma proposta de melhoramento de análise de manuais escolares.

2. Contextualização do estudo

A contextualização do estudo insere-se no distrito de Coimbra, visto ser este o distrito de maior raio de incidência de trabalho da professora que desenvolve esta pesquisa.

Este estudo compreende um universo de professores do distrito de Coimbra, pertencentes aos seguintes concelhos: Condeixa-a-Nova, Soure, Coimbra e Penela.

De salientar que a amostra mais numerosa é de Condeixa-a-Nova com 44% de professores. Referente a Coimbra foram 28% dos professores que responderam ao inquérito, 16% dos inquiridos pertencem ao concelho de Penela e, finalmente, 12% pertencem ao concelho de Soure.

Este valor corresponde a uma amostra de 50 inquéritos devidamente preenchidos e aceites para a realização deste estudo.

3. Importância do estudo

No presente contexto educacional e internacional, a procura da qualidade de ensino tem como principal objetivo a construção da cidadania. Consequentemente, a formação do indivíduo deve ser norteadada para o conhecimento e para a avaliação crítica das diferenças sociais, cívicas, políticas e humanas e é função da Escola preparar o aluno para se

tornar um cidadão consciente, que participe, de forma ativa e crítica, na construção da sociedade.

Uma geração com estas características requer uma abordagem transversal do processo de ensino/aprendizagem, pressuposta pelo Currículo Nacional do Ensino Básico.

No contexto desta formação transversal, “o domínio da Língua Portuguesa é decisivo no desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional e no exercício pleno da cidadania. (‘Ministério da Educação, Competências Essenciais, 2012).

Mesmo perante um campo de ação transversal, reveste-se de particular importância no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

No âmbito da aprendizagem da língua portuguesa, como de outros domínios do conhecimento, o manual escolar exerce um papel fundamental, na medida em que este é um dos instrumentos de base do processo de ensino/aprendizagem, funcionando como um guia para alunos e professores. Desta atitude tem resultado uma maior preocupação dos autores ao ressaltarem alguns aspetos considerados essenciais e que são objeto de ensino, como por exemplo, os objetivos da leitura, as propostas de desenvolvimento da compreensão leitora, os modos de realização das práticas de leitura e os conteúdos mais diretamente direcionados com a compreensão na leitura.

O manual escolar, apesar do advento de novas tecnologias didáticas é, ainda, o material didático por excelência. Esta ideia é reforçada por Gérard e Roegiers (1998: 15). “Numa época em que se assiste a uma verdadeira explosão de suportes de ensino, informatizados, audiovisuais ou outros, o manual escolar continua a ser, de longe, o suporte de aprendizagem mais difundido e, sem dúvida, o mais eficaz.”

Sabendo então, da sua importância, pretende-se determinar qual o contributo que os manuais de língua portuguesa podem proporcionar para o aumento da literacia associada à compreensão na leitura e para o progresso de inclusão social dos alunos.

O manual escolar coopera para a transmissão de saberes, arrogando-se como função importante na aprendizagem de conteúdos e métodos, quer sejam de hábitos de trabalho ou de vida. É utilizado para consolidar e avaliar aquisições de conhecimentos dos alunos através de exercícios e de aplicações, assim como de as relacionar entre si.

Convictos da importância do contributo do manual para o sucesso educativo e para a formação pessoal e social, decidimos abordar também, no nosso estudo, o desenvolvimento de competências em compreensão leitora e identificar e caracterizar a forma como o ato de ler e escrever é perspectivado nos manuais de Português do Ensino Básico, para os professores inquiridos.

Este trabalho reveste-se de uma particular importância no 1.º Ciclo do Ensino Básico, pois marca o início da escolaridade obrigatória no sistema educativo português.

Além deste estudo pretendeu-se inferir até que ponto a grelha de análise de manuais do Ministério da Educação permite o apoio e a orientação nos professores na melhor escolha de um manual de Português.

Podem-se ainda colocar duas questões pertinentes: qual o manual escolar ideal? O que distingue um bom manual de um mau manual?

Tentaremos responder a estas e outras questões aquando da análise dos inquéritos realizados a professores do 1.º Ciclo pertencentes a diferentes Agrupamentos do distrito de Coimbra.

4. Finalidades, objetivos e questões de estudo

Na tentativa de analisar o estatuto de que se revestem os manuais escolares no processo ensino/aprendizagem, estabeleceu-se como meta principal perspetivar a importância do manual escolar nas práticas letivas, a forma como é quotidianamente utilizado, a importância que detém para a obtenção dos objetivos programáticos e metas curriculares e qual o protagonismo de que se reveste para o desenvolvimento da compreensão leitora, expressão escrita e a gramática.

Daqui sobressai todo o processo inicial que se eleva com a escolha de um manual escolar.

Sabemos que a conceção de um manual escolar se reveste de uma enorme complexidade. Não só pelo poder de consumo que lhe é inerente, como pela sua destacada função de regular as práticas instrucionais e sociais em sala de aula. Nele está institucionalizado um discurso pedagógico que determina uma recontextualização do saber com implicações significativas nos alunos, especialmente na forma e no processo de reconstrução de uma cultura de aprendizagem.

A sua importância é de tal forma deliberativa que o Ministério da Educação regulamentou legislação específica no sentido de acreditar as entidades e instituições que avaliam e produzem os manuais escolares e de certificar estes instrumentos pedagógicos.

Desta forma, é imperativo que os professores que lidam com a língua materna não só conheçam o material que utilizam, como também saibam gerir tanto os pontos positivos como os negativos que surjam nos manuais adotados. Cumpre ao professor a função de adquirir

instrumentos de trabalho a fim de ajustar a proposta metodológica aos objetivos e metas curriculares em vigor e às estratégias que visem o desenvolvimento do aluno.

A constante evolução e transformação social a que estamos todos sujeitos, as condições económicas, políticas e culturais originam que os manuais sejam entendidos pelos profissionais da educação como veículos dos saberes que se pretendem promover. No entanto, cada vez mais, urge a necessidade de criar e produzir materiais novos, visto que as exigências e solicitações didáticas na sua prática letiva quotidiana estão muito para além da oferta didática dos manuais. Infelizmente, o ritmo de trabalho intenso, as imposições cada vez mais exigentes e a falta de tempo, têm limitado a criação e a renovação de materiais e, daí, a forte utilização de outros manuais com diferentes propostas de trabalho, mas que nem sempre levam a uma renovada prática pedagógica.

Perante este contexto surge este trabalho que visa analisar as respostas realizadas num inquérito sobre “Como escolher um bom manual”, aferindo-se daqui quais os objetivos determinantes para os professores ao realizar essa escolha e, também, o de avaliar se existe correlação entre as propostas de alguns autores e a consecução delas reiteradas pelos professores no manual didático de português.

Pretende-se, ainda, questionar até que ponto serão as orientações do Ministério da Educação e as reuniões de Departamento suficientes para uma boa escolha de manuais.

5. Estrutura do estudo

Como professora do 1ºCEB, e aquando da colaboração nas reuniões de departamento, eram recorrentes as dúvidas que assaltavam os docentes perante a incerteza de como escolher um bom manual pedagógico, que fosse estruturante, interdisciplinar e incluísse estratégias globalizadoras, dinâmicas e que tivessem em consideração não só os recursos digitais, visto que estamos no domínio das tecnologias mas que, ao mesmo tempo, proporcionasse aos alunos uma independência escolar e uma motivação constante. Daqui surgiu este desafio. Como se poderia apoiar e orientar os professores nesta responsabilidade de escolha de um bom manual?

Subjacente à teoria que suporta toda a problemática relacionada com os manuais escolares, e que vem confirmar que estes ocupam cada vez mais um lugar de destaque na organização curricular e em todo o processo de ensino/aprendizagem, tornando-se praticamente indispensável, pretendeu-se estruturar este trabalho tendo como ponto de partida um inquérito (Anexo 1), submetido a professores do grupo 110 e onde se pretende aferir sobre quais os determinantes exigidos pelos mesmos e que sejam importantes na escolha de um manual didático para o desenvolvimento da língua portuguesa.

Perante a questão colocada desenvolveu-se então um questionário, cuja análise às respostas sugerissem alguma orientação sobre o papel que teriam os manuais escolares no ponto de vista dos professores. Contribuirão os manuais para introduzir novas estruturas de mudança nas práticas letivas? Em caso afirmativo, de que modo? O que consideram os

professores necessário para ampliar os novos conhecimentos curriculares e atingir os objetivos preconizados nas metas? Que novas metodologias poderiam ser otimizadas para esse ensino/aprendizagem ser verdadeiramente mais eficaz?

Destes determinantes constam a relação que o professor tem com o manual, como o escolhem, quais as dimensões que este deve considerar como bom instrumento pedagógico e daqui perspetivar as opções metodológicas que encetam com a utilização do manual nas suas práticas quotidianas letivas.

Após a análise dos quadros tentar-se-á perspetivar algumas soluções para estas questões e daqui fundamentar a melhor forma de escolher manuais, minimizando a dificuldade da sua escolha e enveredar para uma nova tomada de consciência sobre o que se pretende de um manual e quais as referências e atitudes a assumir aquando da sua seleção.

Perante a comparação com a grelha elaborada pela equipa do Ministério da Educação, aspira-se a contrapor uma nova proposta que facilite esta árdua tarefa de escolher manuais e, principalmente, que não só simplifique mas que forneça orientações mais precisas e concretas para o melhoramento e aperfeiçoamento deste procedimento.

CAPÍTULO I
FUNDAMENTAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO

1. Fundamentação teórica

Estamos inseridos numa sociedade que se sustenta da difusão da informação, particularmente da informação escrita, e que diferencia os seus membros pelos seus níveis de acesso a esta, bem como da capacidade de uso dessa mesma informação. É pois, natural que se atribua às capacidades de compreensão e de produção da escrita um interesse cada vez mais evidente.

O ensino da aprendizagem da língua portuguesa desempenha uma função decisiva neste contexto.

Desta feição, “através da disciplina de Português, o aluno deverá aprender a usar a linguagem, a defender-se da linguagem, a interagir através da linguagem, a intervir com os outros através da linguagem. E esse será o domínio com que o aluno parte, no presente da escola, para o sucesso noutras disciplinas e, no futuro, para a integração na vida”. (Silva, 2000: 366).

Paralelamente, surge a necessidade de refletir sobre a conceção de literacia partilhada pela sociedade internacional, a qual abarca um conjunto de práticas sociais que envolvem textos escritos e é definida como a competência que permite a compreensão e o uso de textos escritos. (OECD, 2001: 4)

Segundo Sousa (1999), para ter leitores é indispensável formá-los, não basta desejá-los. Formar leitores exige da escola e dos vários intervenientes no processo educativo, atitudes que estimulem o

pensamento, o sentido crítico, que respondam a desafios, apostando em objetos de leitura ricos e diversificados e numa postura de diálogo e cooperação, desde o início da escolaridade.

Neste contexto, e por serem um dos recursos educativos mais utilizados, tanto no ensino/aprendizagem da língua portuguesa como no das outras áreas curriculares, é necessário debater e refletir, à luz da política educativa portuguesa e da literatura da especialidade, a importância dada aos manuais escolares de Português ao desenvolvimento de competências nos alunos, particularmente no que concerne à compreensão leitora.

Associado à aprendizagem da língua portuguesa surge a sua transversalidade que promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a perceção da implicação do sujeito na produção do conhecimento, alterando profundamente as relações entre ambos.

Tendo em conta esta realidade, o Ministério da Educação (2009) definiu competências transversais essencialmente relacionadas com a aquisição de saberes metodológicos que permitem reforçar a realização de aprendizagens no domínio cognitivo e afetivo.

Estas competências atravessam todas as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares propostas pelo currículo, ao longo de toda a escolaridade, sendo igualmente relevantes noutras situações da vida dos alunos.

De facto, o gosto pela pesquisa, a competência de procurar informação em vários contextos e suportes, a capacidade de comunicação, o recurso a estratégias cognitivas, o desenvolvimento de um pensamento autónomo a par da capacidade para cooperar com outros

constituem exemplos de aspetos centrais da aprendizagem e devem ser considerados como componentes basilares do currículo.

Uma escolarização significativa, por um lado, abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, facultando a menção a sistemas de significado construídos na realidade em que os alunos se inserem. Por outro lado, requer o aperfeiçoamento de processos que contribuam para que os alunos sejam progressivamente mais pró-ativos e mais autónomos na sua própria aprendizagem.

A transversalidade e o campo de ação da língua portuguesa, assume assim, um papel de absoluta relevância na área curricular disciplinar de português, como promotora de saberes instrumentais imprescindíveis à aquisição de outros saberes relacionados com a formação global do aluno (Valadares, 2003).

Tendo em conta que toda a experiência escolar é, em larga medida, uma experiência linguística e que os alunos precisam de desenvolver capacidades para funcionar, efetivamente, com língua falada e escrita, então temos de assumir as tarefas de educação linguística como projeto coletivo e transversal.

Reconhecemos, também, que a transversalidade da língua portuguesa exterioriza-se, por um lado, através do desenvolvimento nos alunos, de competências importantes para o seu sucesso escolar e a sua integração socioprofissional através do processo de ensino aprendizagem associado à área curricular disciplinar de Português e, por outro, através do contributo que o ensino aprendizagem nas outras áreas curriculares disciplinares e não disciplinares poderá dar para o melhor domínio da língua portuguesa, uma vez que esta é a língua veicular em que todo o trabalho escolar se processa (Sá, 2006).

Esta abordagem pretende responder ao desafio de aproximar os discursos oficiais dos programas das diversas áreas que compõem o currículo formal do Ensino Básico em Portugal, usando para tal, o vetor da língua através da qual cada uma dessas áreas curriculares – disciplinares ou não disciplinares – se deixa aprender (Rey,1996).

Hoje em dia é já natural reconhecer-se a Língua materna como elemento mediador que permite a nossa identificação com os outros e a descoberta e compreensão do mundo que nos rodeia. Tem-se como seguro que a limitação da competência linguística impede a realização integral da pessoa humana, isola da comunicação, limita o acesso ao conhecimento, à criação e fruição da cultura e reduz ou inibe a participação na praxis social (Ministério da Educação, 1998: 141).

A língua portuguesa é, ainda, a língua de acolhimento das minorias linguísticas que vivem no nosso país. Deste modo, o seu domínio é também muito importante no desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, na integração social, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional e no exercício pleno da cidadania de todos aqueles que têm a língua portuguesa como língua estrangeira ou como língua segunda.

Assim, esta orientação transdisciplinar no plano da educação linguística implica alterações na gestão do currículo e mudanças de atitudes dos professores para com as suas especialidades, porque exige o desenvolvimento de novas competências no âmbito da análise e da intervenção sobre as práticas linguísticas (Castro, 1997).

O aumento da população estudantil e a escolaridade obrigatória transformou o universo educativo atual num mundo culturalmente mais complexo e rico.

A sociedade em que vivemos encontra-se assente na informação e na utilização adequada do conhecimento. Neste contexto é fundamental desenvolver competências de literacia, mormente no domínio da compreensão leitora.

Esse trabalho subentende a estreita cooperação entre diversas entidades: a família (representada pelos pais e encarregados de educação dos alunos), a escola (através dos professores e da comunidade educativa em geral) e a sociedade (representada pela comunidade em que a escola se insere).

Por outro lado, é um trabalho que deve ser centrado no processo ensino/ aprendizagem da língua portuguesa (seja ela a língua materna dos aprendentes ou uma língua segunda, a que estes necessitam de recorrer para se integrarem numa sociedade que os acolheu, como é o caso dos imigrantes, atualmente em grande número na sociedade portuguesa).

É ainda uma tarefa que pressupõe uma abordagem transversal da língua portuguesa, capaz de assegurar o desenvolvimento de competências fomentadoras do sucesso escolar e de uma adequada integração social, implicando a intervenção conjunta da área curricular disciplinar do mesmo nome e de todas as outras áreas curriculares, disciplinares e não disciplinares.

2. O manual escolar no processo educativo português:

Enquadramento legal

Relativamente a Portugal, a adoção de manuais escolares redonda no processo pelo qual a escola ou o agrupamento de escolas avalia a

adequação dos manuais certificados ao respetivo projeto educativo, como vem preconizado no art.º 16 da Lei n.º 47/2006, de 28 agosto, e o artigo 8.º da Portaria n.º 1628/2007, de 28 de dezembro.

Cabe ao órgão de coordenação e orientação educativa acionar a escolha de manuais escolares pelas escolas e pelos agrupamentos de escolas e esta deverá ser alicerçada em grelhas de análise produzidas para o efeito pelo Ministério da Educação e Ciência, tendo em conta um calendário previamente estabelecido pelo Despacho n.º 29865/2007, de 30 de novembro, alterado pelo Despacho n.º 15285-A/2010, de 7 de outubro, e pelo Despacho n.º 95-A/2013, de 28 de dezembro, publicado em 3 de janeiro de 2013.

As orientações e as grelhas supracitadas encontram-se disponíveis no sítio eletrónico do Ministério da Educação e Ciência/Direção-Geral da Educação (DGE), a Base de Dados de Manuais Escolares. São de preenchimento obrigatório por parte de todas as escolas e permite a recolha, online, de toda a informação referente ao processo de análise, seleção e adoção de manuais escolares.

A Base de Dados referida possibilita não só a informação sobre os manuais escolares apreciados, selecionados e adotados por cada escola, em todas as áreas disciplinares/disciplinas e para todos os anos de escolaridade como, também, perspetivar o número de alunos, facto considerado substancial para que os editores possam realizar uma antevisão das tiragens dos respetivos manuais.

Acresce a este procedimento um aspeto importante, o de avaliação e certificação de manuais escolares. Este, e passo a citar “assenta num conjunto de princípios orientadores através das quais se pretende garantir qualidade científica e pedagógica dos manuais a adotar, assegurar a conformidade com os objetivos e conteúdos do currículo nacional dos

programas ou orientações curriculares em vigor e, ainda com as metas curriculares em vigor, atestando que constituem um instrumento adequado de apoio ao ensino e aprendizagem e à promoção do sucesso educativo.”, conforme é exposto na página da DGE referente à avaliação e certificação de manuais.

Com a implementação das novas metas curriculares de Português, e tendo como referência o programa de Português do Ensino Básico homologado em março de 2009, centram-se no que é considerado essencial que os alunos aprendam, ao abrigo do consignado no Despacho n.º 17169/2011, de 23 de dezembro de 2011: “as metas são documentos clarificadores das prioridades nos conteúdos fundamentais dos programas”, encontram-se definidas por ano de escolaridade e contêm quatro domínios de referência no 1.º Ciclo (Oralidade, Leitura, e Escrita. Educação Literária, Gramática).

A Oralidade contempla a Compreensão do Oral e a Expressão Oral.

A Leitura e Escrita surgem associadas e apoiam-se em capacidades comuns.

O domínio da Educação Literária conglutinou vários descritores. Por um lado, a Literatura como uma compilação de todas as possibilidades históricas da língua, difunde tradições e valores e, como tal, parte complementar do património nacional; por outro, a Educação Literária coopera para a formação completa do indivíduo e do cidadão.

No domínio da Gramática, pretende-se que o aluno obtenha e desenvolva a capacidade para sistematizar unidades, regras e processos gramaticais da nossa língua, de modo a fazer uso apoiado do português padrão nas distintas situações da Oralidade, da Leitura e da Escrita.

O Estado considera assim, que as Metas Curriculares de Português, ao coincidirem objetivamente nos desempenhos que os alunos deverão

revelar e exigindo da parte do professor o ensino explícito de cada um deles, contribuirão para uma maior eficácia.

De autenticada competência, são os especialistas ou entidades acreditadas para o efeito que fazem parte das comissões que avaliam e certificam os manuais, conforme o disposto na Lei supracitada.

Selecionada a entidade acreditada, os autores, editores e outras entidades legalmente competentes para o efeito informam a DGE acerca dos manuais que serão objeto de avaliação e certificação e sobre as entidades acreditadas.

Finalizado este processo, é enviado ao editor um relatório final de avaliação onde consta que o manual escolar avaliado contempla a inserção correta e integral das retificações e recomendações consideradas indispensáveis para a respetiva certificação.

Os resultados finais são tornados públicos a partir da publicação da lista de manuais certificados na página de Internet da DGE.

Daqui resulta que o nome da entidade acreditada responsável pela avaliação e certificação de cada manual escolar será mencionado na capa, na contracapa ou no frontispício do manual escolar certificado.

No que respeita ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, e referente ao ano letivo de 2013/2014, apenas serão objeto de adoção os manuais escolares referentes ao seguinte ano de escolaridade e áreas disciplinares/ /disciplinas:

4.º ano – Apenas nas áreas disciplinares de Estudo do Meio e Português;

Na apreciação dos manuais escolares, a análise deve ser realizada de acordo com os critérios de apreciação constantes nos Anexos disponibilizados na aplicação “Adoção Online”.

Os docentes escolhem os manuais tendo por base uma avaliação de cada componente de análise específica, atribuindo uma menção qualitativa (de Muito Bom, Bom, Suficiente ou Insuficiente) a cada uma dessas componentes. De acordo com o resultado da apreciação, os docentes atribuem uma menção qualitativa a cada uma das três componentes de análise globais.

São consideradas como componentes de análise globais a “Organização e Método”, a “Informação e Comunicação” e as “Caraterísticas Materiais”, sendo estas subdivididas nas componentes de análise específicas discriminadas em cada um dos três itens.

3. O manual no 1.º Ciclo do Ensino Básico

Conforme refere Magalhães (1999: 285), *o livro escolar é um dispositivo pedagógico central do processo tradicional de escolarização.*

Desde que existem livros escolares que estes refletem os ensinamentos dominantes de cada época, relativos às modalidades da aprendizagem e ao tipo de saberes e de comportamentos que se desejam promover (Vidigal, 1994: 69).

O manual afigura-se, com efeito, extremamente regularizado pelas metamorfoses sociais, económicas, políticas e culturais, quer nos tipos de saberes (que são e como são) representados, quer nos valores que explicita ou implicitamente veicula.

É neste alicerce pedagógico que se encontram organizados e que são apresentados os conteúdos selecionados pelos programas e metas curriculares nacionais. Mediante este forte fundamento, professores,

alunos e comunidade familiar encaram o manual como o suporte indispensável de aprendizagem nas nossas escolas.

Além das funções para as quais o manual é concebido, o intuito de qualquer manual escolar é, primordialmente, a tarefa de ampliação de competências do aluno e não a simples transmissão de conhecimentos, ao aprendente. As funções do manual do professor relacionam-se com a atividade da docência e com a gestão da sala de aula. Ao nível da formação pedagógica, é imprescindível que o manual faculte pistas de trabalho para uma atualização e/ou renovação da prática pedagógica do docente. Assim, consideram-se existir seis funções essenciais, conforme preconizado por Gérard & Roegiers (1998), do manual que são, e passo a citar (...) “a função de transmissão de conhecimentos; a função de desenvolvimento de capacidades e competências; a função de consolidação das aquisições e aprendizagens; a função da avaliação das aquisições; a função de ajuda na integração das aquisições e a função de educação social e cultural” (...).

Também para Frydman e Jambé, citados por Gérard & Roegiers (1989: 83), referem que para além do domínio académico, o manual deverá ser uma fonte de consulta. Para isso, defendem a necessidade de, subjacente “à conceção do manual, haver a inclusão de (...) informação acerca do modo de utilização para o utilizador relativo à organização geral do manual; de apresentação de conteúdos e de inclusão de questionários formativos que devem fomentar no aluno o desenvolvimento de capacidades para aprofundar, procurar e tratar a informação (...)”. O que denota apesar das distintas e variadas funções subjacentes à conceção do manual, este incrementa sempre vários tipos de aprendizagem pela inclusão de atividades diversificadas.

O manual é sempre o reflexo de uma época social.

A influência dos meios de comunicação tem sido tão profunda que os manuais tendem a tornar-se semelhantes.

Cada vez mais com mais funções, o manual divide-se em peças como se de um puzzle se tratasse. Cada peça divide-se em unidades e estas em capítulos que contêm texto (temas, dicionário, biografias, bibliografias, resumos, fichas metodológicas, exercícios, documentos...) e imagens (mapas, fotografias, desenhos, esquemas...). As imagens representam cerca de metade do seu volume. Para se lhe ter acesso é necessário que contenha um prefácio, um modo de emprego, um sumário, um índice, um léxico, ou glossário e códigos, pictogramas e cores.

A acrescentar, há ainda o facto de os manuais serem realizados para alunos e professores, complicando a tarefa dos autores. A complexidade aumenta sabendo que, para a realização de qualquer manual, é necessário conhecer o público a que se destina sendo que adultos e crianças são muito diferentes.

Para Chopin (2004), o manual escolar desempenha quatro funções essenciais:

1. Referencial, na medida em que constitui o suporte dos conteúdos educativos enunciados nos programas de ensino oficial;
2. Instrumental, porque operacionaliza métodos de aprendizagem e apresenta exercícios e atividades, tendo em vista cumprir os objetivos programáticos;
3. Ideológica e cultural, ao traduzir as políticas ideológicas e culturais de um país, e constituir-se como um dos veículos principais da sua língua;

4. Documental, ao conter um conjunto de documentos escritos e icónicos cujo objetivo é a formação que cada país prevê para os alunos;

Em 1999, Allain Chopin apresenta algumas causas que contribuíram para a forma atual dos manuais. O aumento da população estudantil, a sua heterogeneidade e consequente aumento do número de professores, a alteração dos métodos pedagógicos em função das características dos novos alunos que privilegiam a informação icónica em detrimento da escrita; o desenvolvimento da tecnologia informática relacionada com a produção de livros; e as características do mercado ligado à edição escolar. Considera, por isso, que a função do manual se alterou, implicando alterações no modo como se apresenta.

Se fizermos uma retrospectiva histórica verificaremos que o manual passou de objeto raro e quase inacessível ou de utilização coletiva para um objeto banal, de acesso mais facilitado e cada vez mais de utilização individual (Castro, 1995: 62).

Ao longo da sua evolução também a emissão de valores e as suas proficiências foram sendo alteradas.

No final do século XVIII, o manual surge como a principal forma de introduzir na vida a cultura, o método, a disciplina e a enciclopédia. Aqui encontravam-se todas as matérias indispensáveis para adquirir conhecimento. (Magalhães, 1999: 285).

Com o advento da Escola Nova que enaltecia uma pedagogia ativa, o manual passa a ser considerado como uma abertura de caminhos, como molde de direcionar para outras leituras e fontes de informação.

Na primeira metade do século XX, Portugal encontrava-se sob o regime político de uma ditadura, o que vem influir na função da escola e

dos manuais utilizados. Tudo era controlado pelo estado, pelo que o manual era um forte veiculador de princípios e valores determinados e controlados pelo estado que decreta o regime de livro único. (Magalhães, 1999: 286).

O fim da ditadura marca também o fim do livro único. A democratização do ensino reflete-se na abundância de manuais.

Paralelamente, verificamos os avanços tecnológicos e informáticos que possibilitam o aparecimento de novas fontes de informação e de referência. No entanto, não se usufrui desta evolução; o manual continua a manter o estatuto de suporte de aprendizagem mais veiculado, visto que este permite nivelar desigualdades sociais, uma vez que nem todos têm o mesmo estatuto económico, social e cultural, fatores que condicionam o acesso aos meios tecnológicos.

Outro fator de extrema relevância em benefício do manual é aquele que o certifica como essencial visto que o eleva como o elo entre a escola e a família. O valor que progressivamente se atribui ao envolvimento da família como fulcral na educação, possibilita a que os pais acompanhem as aprendizagens dos seus educandos e, ao mesmo tempo, verifiquem a evolução das suas aprendizagens.

Mesmo com as diferenciadas evoluções a que os manuais têm sido sujeitos ao longo dos tempos, continuam a ser uma referência sobre o que pode ser dito na aula (conteúdos), a forma como estes se transmitem e adquirem (a pedagogia) e o meio autorizado de transmitir o saber legítimo aos alunos.

No contexto português, esta legitimidade é-lhe atribuída pelos documentos oficiais. A Lei de Bases do Sistema Educativo, no art.º 44.º, n.º 2 alínea a), confere-lhe o estatuto de “recurso educativo privilegiado a exigir especial atenção”.

As funções do manual e a regulamentação dos critérios de seleção de manuais escolares passam a ser sublimadas com base no Decreto-Lei n.º 369/90, de 14 de novembro, a Circular 14/97 e todos os documentos oficiais afirmando que “contribuem para o desenvolvimento de capacidades, para a mudança de atitudes e para a aquisição dos conhecimentos propostos nos programas em vigor...”.

Na sua prática letiva, o professor habitualmente não contacta diariamente com os documentos curriculares, recorrendo, por esse motivo, aos manuais, conforme refere (Pacheco, 2001; Santos, 2001). O manual estabelece-se como indispensável mediador curricular, exercendo um papel fundamental visto que contém e organiza um conjunto de informações formais para o contexto de transmissão e aquisição de noções, estabelecendo os conhecimentos que são abordados na sala de aula e a forma como são ministrados.

Os manuais constituem, assim, um meio de forte impacto para a leção. No caso dos alunos caracterizam as próprias disciplinas e respetivos conhecimentos a assimilar e a trabalhar e, para os docentes e encarregados de educação, são um referencial seguro e durável das matérias escolares. Como geralmente os professores seguem de forma submissa as orientações emanadas no manual, este passa a ser um currículo traçado dos programas e documentos oficiais. Além disso, como os docentes esperam que os manuais sejam acreditados, confiam plenamente na sua elaboração, principalmente “(...) nas bases diretrizes curriculares específicas da respetiva disciplina”, conforme refere (Neves & Morais, 2006).

Em Portugal, e devido ao aumento exponencial de editoras, para um mesmo programa é editada uma enorme variedade de manuais de diferentes autores que, conseqüentemente, irão fazer passar diferentes

mensagens sociológicas, com distintas relações sociais de poder e de controlo. Perante este contexto (seleção de mensagens) cabe ao docente, aquando da seleção de manuais e de acordo com as concepções pedagógicas e ideológicas, encontrar a recontextualização mais adequada que permita uma modalidade pedagógica e diferencial que abarque o ensino para todos os alunos, tornando uma efetiva alfabetização científica a todos os alunos. Num contexto de flexibilidade curricular, em que a escola surge com maior autonomia, o professor deve aproveitar essa potencialidade na seleção e na sequência de conhecimentos a lecionar. Este fator de mudança permite ao professor a implementação de variadas modalidades de prática pedagógica que poderão proporcionar um padrão diferencial no sucesso dos alunos.

Perante o relatado julga-se essencial que os manuais escolares, o currículo, e os critérios de avaliação sejam claros ao nível das competências a serem desenvolvidas, assim como a articulação concetual entre os conhecimentos e a interdisciplinaridade, para que os docentes promovam uma aprendizagem científica mais eficaz.

No entanto, não podemos esquecer que, numa sociedade do conhecimento como a nossa, se anseia que os manuais afiancem de forma inequívoca o desenvolvimento de competências de comunicação verbal, de forma a assegurar um melhor processamento da informação.

Associado a este processamento, é no domínio da compreensão na leitura que identificamos o quanto é importante diligenciar a capacidade de extrair informação proeminente dos textos escritos. Para tal, a compreensão é uma das competências transversais que apresenta um papel essencial na aprendizagem de todas as disciplinas do currículo. Ler e compreender textos são atividades indispensáveis no dia-a-dia do cidadão perfeitamente integrado na sociedade. Comprovado que está o

importante papel da língua portuguesa para o desenvolvimento das competências transversais e, conseqüentemente, presente nos manuais escolares, centramos agora a nossa atenção no conceito de literacia.

De acordo com Ana Benavente (Benavente *et al.*, 1996: 4), literacia é a capacidade de processamento de informação escrita de uso corrente contida em materiais impressos diversificados (gráficos, documentos, textos).

Segundo Sim-Sim (1993: 4), o conceito de literacia diz respeito à “capacidade de compreender e usar todas as formas e tipos de materiais escritos requeridos pela sociedade e usados pelos indivíduos que a integram”.

Em conformidade, salientamos o relatório Nacional sobre o PISA (GAVE, 2012) que acentua que “garantir elevados níveis de literacia é essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover o conhecimento e o crescimento”.

O relatório da EU sobre a literacia na Europa apresentado numa conferência em Nicósia (Chipre), expõe que “[...]” garantir elevados níveis de literacia é essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover o conhecimento, a inovação e o crescimento. As alterações na natureza do trabalho, na economia e na sociedade significam, de um modo geral, que a literacia é hoje mais importante do que nunca e que a Europa deve, por isso, garantir de forma plena uma literacia funcional de todos os cidadãos.”]

De acordo como Grupo de Peritos de Alto Nível que foi instituído pela Comissão Europeia Androula Vassiliou, em Bruxelas/Nicósia a 6 de setembro de 2012, refere que (...) “é urgente inverter a tendência negativa da queda dos níveis de literacia, sendo fundamental que a União

Europeia repense a sua estratégia para aumentar os níveis de literacia dos europeus “(...).

De acordo com este relatório, um em cada cinco jovens de 15 anos de idade, para além de cerca de 75 milhões de adultos, não adquiriram as competências básicas de leitura e de escrita, o que dificulta a obtenção de emprego e acentua o risco de pobreza e de exclusão social.

Ao refletirmos sobre estes estudos ressalta a preocupação com as questões relacionadas com a compreensão da leitura. Os nossos alunos demonstram e apresentam falhas significativas ao nível da compreensão leitora pelo que se considera necessário que os manuais escolares (e os currículos), apresentem critérios de avaliação explícitos ao nível dos conhecimentos e competências a serem desenvolvidas e a efetiva articulação concetual entre esses mesmos conhecimentos (intradisciplinaridade), para que os docentes promovam uma aprendizagem eficiente.

A capacidade de usar a informação escrita presente nos manuais é uma questão de sobrevivência nesta sociedade pluricultural. É um fator de destreza no acesso à cultura comum e na sua partilha. A sua inaptidão institui um fator de rejeição social visto que reduz a qualidade na participação enquanto ser social.

Por este motivo, os problemas decorrentes de dificuldades em leitura e em escrita deverão ser fatores essenciais a trabalhar diariamente na sala de aula, de forma a colmatar as lacunas observadas.

Cabe, então à escola, o papel importante na resolução de problemas de literacia. É essencial que o manual contemple determinados objetivos que norteiam o ensino/aprendizagem para a compreensão na leitura e que se prendem com o reconhecimento e identificação da informação solicitada, a compreensão da informação explícita nos textos lidos, a

compreensão da informação não explícita no texto associada à capacidade de realizar inferências, a seleção da informação de acordo com as instruções dadas e a produção de textos com intenções comunicativas específicas.

Também o manual deverá contemplar tarefas diversificadas e adequação na aprendizagem, orientando o aluno, motivando-o e ajudando-o a ser autónomo no seu desenvolvimento escolar.

Outro requisito que o manual deverá contemplar é o de promover um discurso que seja estimulante e desperte a curiosidade no aluno, que ative o desenvolvimento cognitivo, o espírito de observação de situações de vida e de descoberta, dar a conhecer diferentes tipos de textos e de linguagem que recorram à articulação de conhecimentos prévios, à conceção teórica, à interdisciplinaridade, autonomia e criatividade, à conceção crítica da cidadania, à discriminação e, ainda, aos conteúdos, às atividades, recursos didáticos e à avaliação. Deve ter presente um modelo pedagógico didático com um currículo que oriente para o desenvolvimento de competências, possibilitando a variação de experiências e que permita criar uma atmosfera propícia à leitura, expondo finalidades, objetivos a atingir e competências a desenvolver aquando da prática da leitura.

Desta forma, confiamos que os manuais, enquanto orientadores das práticas letivas poderão ter uma função importante no sucesso do ensino/aprendizagem da leitura e escrita.

Para tal, é necessário que os manuais de Português ajudem a alterar as práticas pedagógicas, tornando-as mais intencionais, coerentes e proficientes tornando-as contextualizadas e promotoras de uma consolidação diária e sistemática.

A importância da formação de professores assume outra relevância que importa destacar. Sendo estes, os agentes que operacionalizam os processos de recontextualização pedagógica e que transmitem a mensagem que veiculam os manuais, importa destacar o papel do professor na articulação manual-aluno. Para isso, torna-se relevante reforçar a necessidade de formação inicial e contínua dos professores no que concerne à seleção e utilização do material curricular.

Uma boa utilização do manual escolar passa por encará-lo como uma fonte de sugestões ou de consulta, sendo apenas mais uma das estratégias da sala de aula possíveis, entre tantas outras.

Ao professor é exigido que seja capaz de implementar práticas renovadoras, motivadoras, acompanhando e implementando o que a investigação no domínio da Educação em Línguas vai revelando. Aos manuais escolares é exigido que se tornem num instrumento ao serviço dessas práticas.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

METODOLOGIA

1. Apresentação do questionário realizado, análise e interpretação de dados

O questionário utilizado neste estudo encontra-se dividido em dois grandes grupos: o primeiro regista a identificação do professor, em termos de situação profissional, sexo, idade, o concelho onde leciona, o tempo de serviço, as habilitações académicas, o nível de ensino que leciona e o manual de português que utiliza no presente ano letivo.

O segundo grupo refere-se, especificamente, aos manuais escolares e encontra-se subdividido em quatro níveis: “O professor e o manual escolar”; “A escolha do manual”; os “Aspetos gerais do manual” e, finalmente e não menos importante, os “Manuais escolares de Português”.

Ainda acresce a este trabalho, um espaço dedicado ao que cada professor achou pertinente referir sobre os manuais escolares e que não fora abordado no inquérito.

Sobre o primeiro grupo importou inferir principalmente algumas variáveis que se encararam de maior interesse para o estudo, como sejam o tempo de serviço, o concelho onde lecionam e o nível de ensino com que trabalhou.

Este questionário foi submetido a cerca de 60 professores do grupo 110, referente ao 1.º Ciclo e pertencentes ao distrito de Coimbra. De forma a tornar viável este estudo aceitaram-se cinquenta questionários que estivessem completamente preenchidos.

A análise deste questionário reporta essencialmente quatro temáticas: o que representa o manual para o professor, como se processa

a escolha do manual, quais as características mais importantes que um manual deve comportar e, especificamente sobre o manual de Português, como é utilizado este manual na prática letiva.

Na primeira temática aborda-se a maneira como os professores observam os manuais, enquanto seguidores fiéis, ou não, dos programas e metas oficiais em vigor.

Na segunda parte, tenta-se encontrar a relação que o professor celebra com o manual escolar enquanto colaborador da prática pedagógica, como o escolhe e o utiliza.

Na terceira temática procura-se descobrir a noção de um bom manual para o professor em termos científicos e didáticos.

Finalmente, a última temática versa a abordagem de estratégias utilizadas pelos professores no uso que fazem dos manuais.

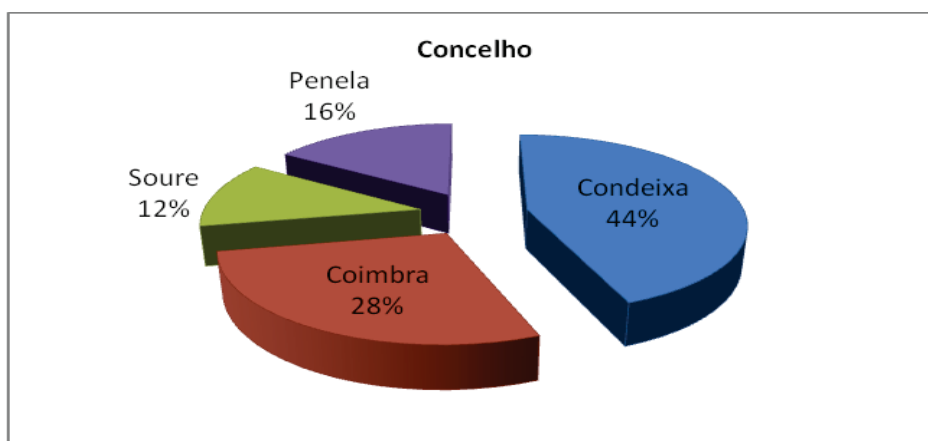
As respostas às diferenciadas questões encontram-se em quadros de gráficos de barras e circulares com as respetivas percentagem arredondadas às unidades nos resultados totais e em consonância com as respostas dadas.

Nas partes descritivas do inquérito será realizada uma análise mais detalhada das situações consideradas mais pertinentes.

De salientar que a análise realizada nos diferenciados gráficos apresentados teve também, como base, as opiniões registadas por escrito nos inquéritos pelos professores inquiridos.

2. População e amostra

Este inquérito foi utilizado numa amostra de docentes no distrito do Coimbra, visto constituir o centro geográfico circundante da docente que se encontra a fazer este estudo.

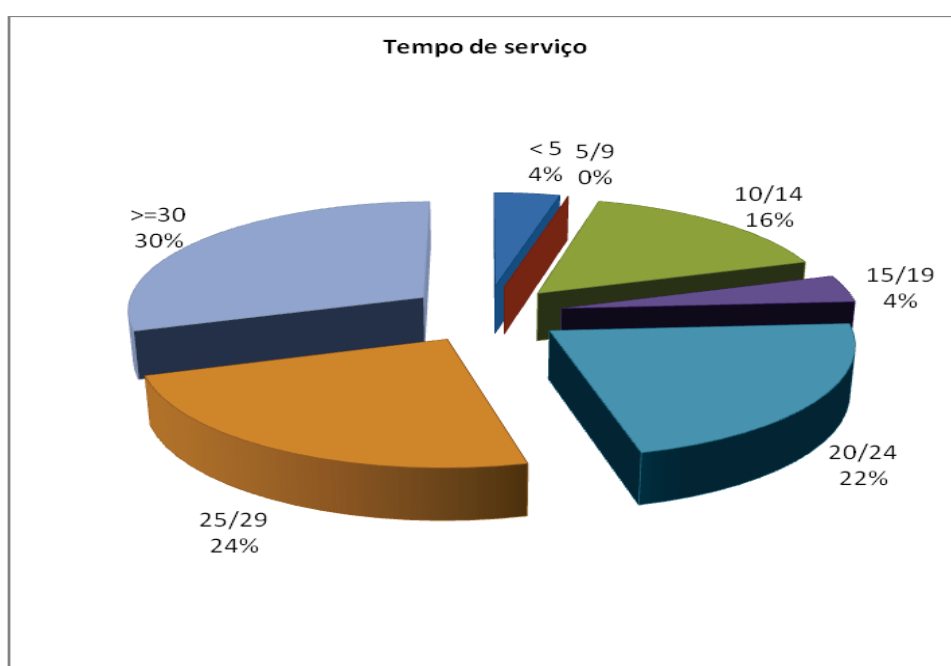


Quadro 1. Amostra do concelho.

Neste estudo apresentou-se o questionário a docentes do grupo 110 pertencentes a alguns concelhos do distrito de Coimbra num universo de sessenta professores, mas apenas se consideram cinquenta inquéritos devidamente preenchidos. Os concelhos visados foram Condeixa com 44% dos inquiridos, seguidos de Coimbra com 28%, Penela com 16% e, finalmente, Soure com 12%.

De seguida, tentou-se inferir qual o número de anos de serviço que os docentes apresentam e que responderam a este inquérito. Esta questão revela alguma pertinência na temática referente à escolha de manuais, encarado na perspetiva de que quanto maior o número de anos de serviço,

maior a possível probabilidade de garantia de se permanecer num determinado agrupamento de escolas e de se tornar relativamente coeso o grupo disciplinar e, conseqüentemente, haver uma superior uniformização educativa. No entanto, pode ser controversa esta problemática devido à presente instabilidade profissional dos professores na carreira docente.

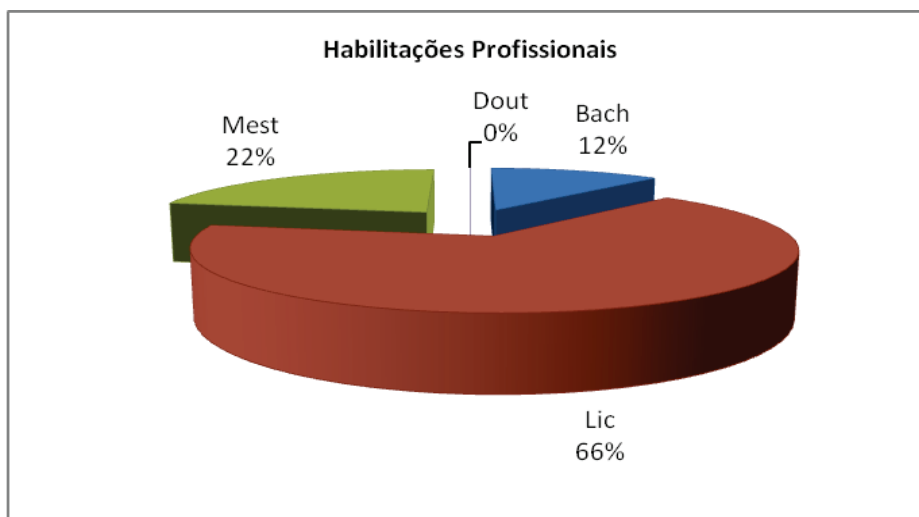


Quadro 2. Tempo de serviço.

Em relação ao tempo de serviço desta amostra, mais de 76% dos docentes têm acima de 20 anos de trabalho efetivo. Apenas 4% tem menos de 5 anos de serviço, constatando-se desta forma, que a grande maioria possui uma vasta experiência no ensino.

Outra das questões inquiridas neste questionário faz alusão às habilitações profissionais dos professores.

No quadro seguinte possuímos os resultados informativos para as habilitações profissionais dos docentes auscultados.



Quadro 3. Habilitações profissionais.

[Mest – Mestrado; Dout – Doutoramento; Bach – Bacharelato; Lic – Licenciatura]

Respeitante ao nível das habilitações profissionais, 66% dos professores apresentam licenciatura em ensino docente, 22% adquiriram o mestrado em ensino e apenas 12% dos docentes continuam com bacharelato. Não existe nenhum docente com doutoramento.

3. Técnica e instrumento de recolha de dados

3.1. Aplicação de inquérito sobre a escolha de manuais escolares

Levou-se a cabo a construção de um inquérito constituído por um conjunto de critérios e questões informativas que permitissem uma identificação clara e rápida sobre a importância dos manuais escolares de Português nas práticas pedagógicas e a aferição das principais dificuldades que os docentes sentem na sua escolha, assim como a identificação das características que consideram realmente importantes num manual.

O inquérito foi entregue aos docentes nos diferentes concelhos do distrito de Coimbra num espaço de tempo de um mês antes da escolha de manuais escolares, no presente ano reportados ao 4.º ano e nas disciplinas de Língua Portuguesa e Estudo do Meio. Pretendeu-se, com esta atitude, orientar os professores para algumas características que os manuais deveriam comportar e contribuir para a facilitação dessa tarefa.

4. Recolha e tratamento de dados

Este questionário foi submetido a cerca de sessenta professores do grupo 110, referente ao 1.º Ciclo e pertencentes ao distrito de Coimbra. De forma a tornar viável este estudo, aceitaram-se 50 questionários que estivessem completamente preenchidos.

A análise deste questionário reporta essencialmente quatro temáticas: o que representa o manual para o professor, como se processa a escolha do manual, quais as características mais importantes que um manual deve comportar e, especificamente sobre o manual de Português, como é utilizado este manual na prática letiva.

Na primeira temática aborda-se a maneira como os professores observam os manuais, enquanto seguidores fiéis, ou não, dos programas e metas oficiais em vigor.

Na segunda parte, tenta-se encontrar a relação que o professor celebra com o manual escolar enquanto colaborador da prática pedagógica, como o escolhe e o utiliza.

Na terceira temática procura-se descobrir a noção de um bom manual para o professor em termos científicos e didáticos.

Finalmente, a última temática versa a abordagem de estratégias utilizadas pelos professores no uso que fazem dos manuais.

As respostas às diferenciadas questões encontram-se em quadros de gráficos de barras e circulares com as respetivas percentagens arredondadas às unidades nos resultados totais e em consonância com as respostas dadas.

Nas partes descritivas do inquérito será realizada uma análise mais detalhada das situações consideradas mais pertinentes.

Após a recolha dos inquéritos foi realizado o tratamento de dados em forma de gráficos circulares e de barras de acordo com o tipo de resultados.

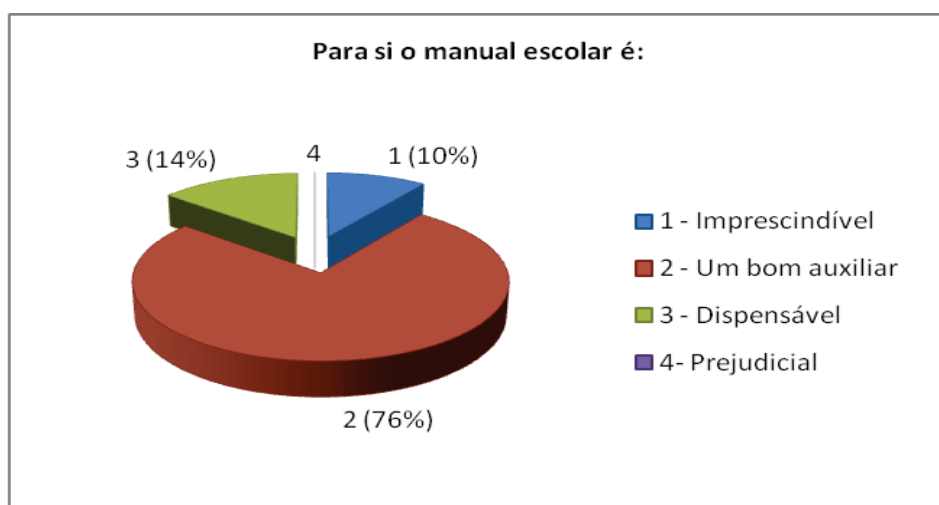
A análise dos diferentes resultados foi integrada no corpo deste estudo.

5. A relação dos professores com o manual escolar

Como conjunto de questões formuladas ambicionou-se abordar a conexão que os professores determinam com o manual em termos gerais: como o veem enquanto instrumento auxiliar, como o utilizam, como o escolhem e se o escolhem.

Neste item encontra-se a segunda temática. A partir de um conjunto de questões pretendemos conhecer o que pensavam os docentes acerca do manual, quais os constrangimentos que sentem quando os utilizam com os alunos e qual o interesse efetivo que o manual representa no universo escolar.

Tendo em conta a temática da relação do professor e o manual escolar, temos a primeira questão deste grupo a alínea (a).



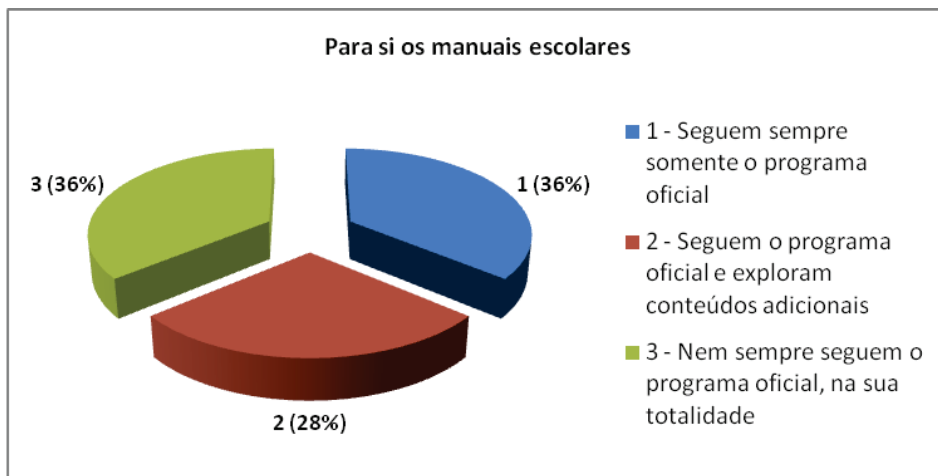
Quadro 4. Para si o manual escolar é...

Baseada nos resultados do inquérito, para 76% dos docentes o manual é considerado um bom auxiliar, sendo que nenhum professor considerou o manual como prejudicial na prática docente. Daqui poderá resultar a interpretação, confirmada pelos depoimentos escritos, de que para os professores do 1.º Ciclo, onde a iniciação à leitura e escrita poderá não depender da utilização do manual, é no entanto, para a esmagadora maioria um benéfico auxiliar o que remete para uma ligação intensa do professor e do manual, quer no campo de ação do seu trabalho (preparação de aulas), quer no processo de ensino e aprendizagem em contexto de sala de aula.

5.1. Correspondência entre os manuais e os programas

Neste item pretendeu-se compreender até que ponto os professores acreditam que o manual escolar é veiculativo das orientações emanadas do Ministério da Educação.

O quadro seguinte diz respeito à questão geral sobre os “Aspetos gerais do manual”, questão b) e permite observar que da amostra estudada que execuo com 36% dos docentes inquiridos afiançam que o manual escolar segue sempre o programa oficial, mas que nem sempre o fazem na sua totalidade.



Quadro 5. Para si os manuais escolares...

Os docentes que consideram que o manual segue o programa oficial e ainda explora conteúdos adicionais situam-se nos 28%, o que é manifestamente reduzido quando comparado com o valor análogo de 36% em diferentes atitudes perante a representação do manual escolar.

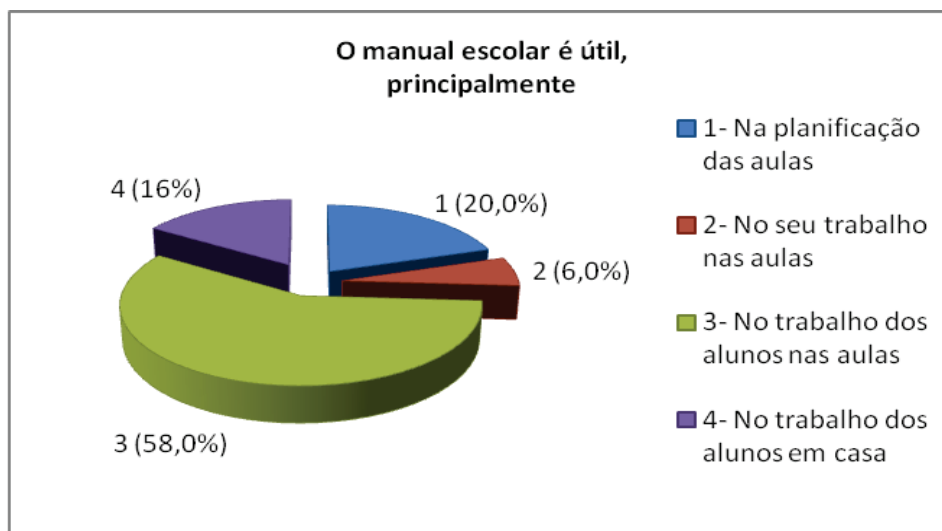
Perante a idêntica percentagem de 36% entre os docentes que seguem sempre somente o programa oficial e os que nem sempre seguem o programa oficial na sua totalidade, poderá permitir opinar que a diferenciação nas práticas pedagógicas, a heterogeneidade nas turmas, a pressão que existe sobre as temáticas a abordar e a questão relacionada com o factor tempo poderá influenciar na tomada de atitudes perante a escolha do manual. Facto considerado pertinente aquando do registo de opiniões no inquérito realizado. Muitos professores ainda salientam a falta de segurança na utilização dos manuais como portadores do programa educativo oficial.

Este desnivelamento na percentagem poderá ainda reiterar a ideia de que os docentes demonstram diferentes formas de encarar os manuais escolares enquanto fontes fidedignos dos programas oficiais em vigor.

Tendo também em consideração o tempo de serviço e como uma grande percentagem de inquiridos apresenta mais de 20 anos de serviço, identicamente se poderá considerar se estes professores não terão algumas dificuldades em praticar novas pedagogias e, por esse motivo, utilizarão o manual apenas para cumprimento do programa oficial ou pelo menos parte dele. A constante alteração de programas e das metas curriculares a atingir, poderá provocar alguma insegurança e, daí tentarem encontrar no manual soluções e estratégias para as problemáticas constantes e diárias que surgem em contexto escolar e não se envolverem em exploração de conteúdos adicionais.

5.2. Utilidade do manual

No grupo de questões respeitante aos aspetos gerais do manual, encontramos as alíneas a) e c), que reportam, respetivamente, ao tipo de preferência de um manual e quais as prioridades consideradas importantes num manual.



Quadro 6. O manual escolar é útil, principalmente...

Neste nível de ensino, e com uns significativos 58%, constatamos que os professores consideram que o manual revela toda a sua utilidade no trabalho dos alunos durante a prática letiva diária; 20% dos docentes utiliza o manual na planificação das suas aulas e apenas 6% indica que é útil no seu trabalho em contexto escolar.

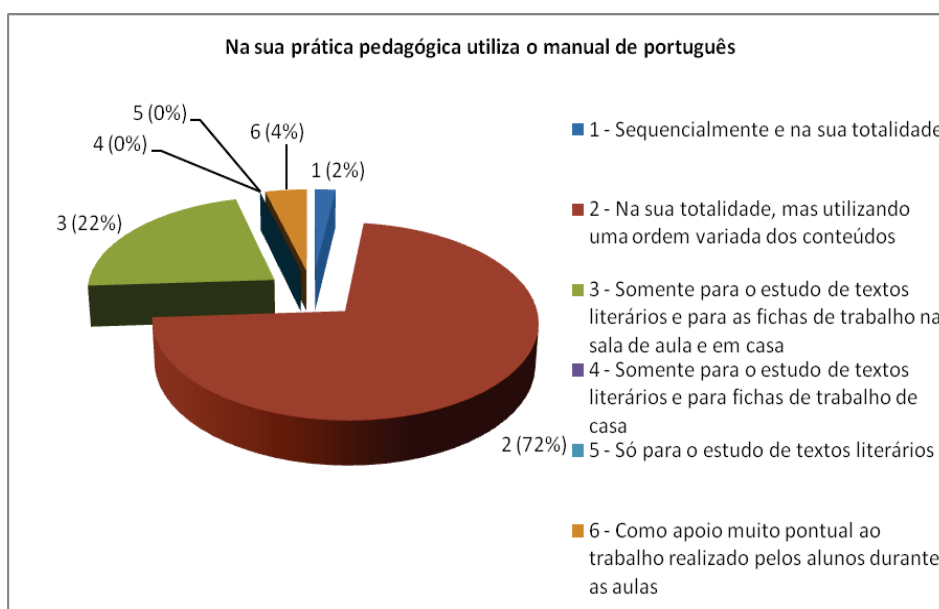
Através da análise do gráfico e confrontando as opiniões escritas dos professores no questionário, poderemos inferir que é depois de algum tempo significativo de prática letiva que se verifica uma certa dependência em relação aos manuais escolares e a sua utilização no quotidiano da sua prática pedagógica.

Sendo o manual considerado como o percussor das orientações oficiais, este fato determina a sua elevada utilização no quotidiano escolar.

5.3. Utilização do manual no quotidiano das práticas pedagógicas

Este item encontra-se interligado com um dos maiores grupos de questões levantadas neste questionário. Como é utilizado o manual na prática letiva diária?

Podemos constatar que a maioria dos professores (72%), utiliza o manual na sua prática diária, mas alterando a ordem dos conteúdos de acordo com as necessidades sentidas em contexto escolar, verificando-se já alguma flexibilidade na sua utilização. Esta situação é facilmente compreensível, visto que a comum maioria dos manuais escolares do 1.º Ciclo reportam exatamente para textos e fichas de trabalho. Com uma percentagem de 22% temos os professores que utilizam o manual somente para o estudo de textos literários e para a realização de fichas na sala e em casa. Num manual é prática corrente a presença de questões e tarefas que são realizadas no espaço extra aula e, como tal, reportam para trabalho em casa.



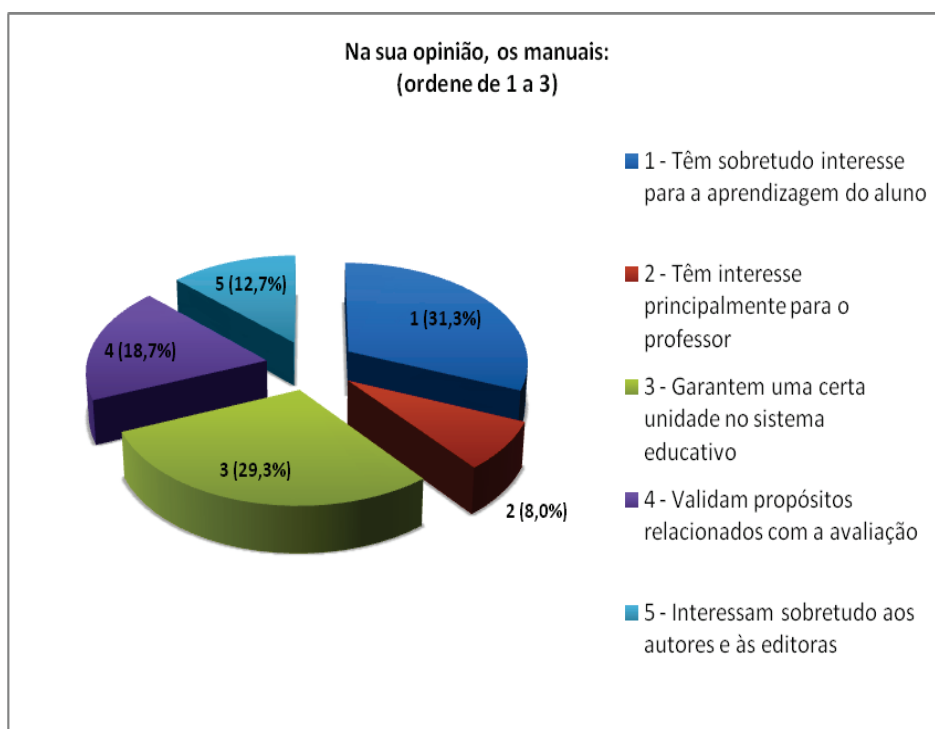
Quadro 7. Na sua prática pedagógica utiliza o manual de português...

Sem representação em termos de percentagem é a utilização do manual só para estudo de textos literários ou para a utilização de trabalhos de casa, visto que o manual tem sempre na sua composição tarefas e atividades que deverão ser realizadas na sala de aula.

Apenas 4% dos professores utilizam o manual pontualmente como complemento das tarefas diárias. Este valor vem ao encontro das intervenções escritas dos professores. Alguns professores não escolheram o manual e não gostam da sua estrutura e composição. Por este motivo indicam que se encontra desajustado, ou à forma como entendem a prática letiva, ou que está desadequado em termos pedagógicos com a heterogeneidade da sua turma. Mas, como foi escolhido pela maioria, acabam por o utilizar, mas de uma forma pontual e apenas quando o manual indicia que o aluno realize pesquisas ou desenvolva atividades ou projetos paralelos à temática que está a ser abordada na aula.

5.4. Interesse e valor do manual em relação ao destinatário

Relativamente ao que os docentes pensam sobre os manuais, 31% dos professores reconhecem que os manuais têm sobretudo interesse para a aprendizagem do aluno e, em segundo lugar, 29% dos inquiridos indicam que os manuais garantem uma certa unidade no sistema educativo. Apenas 8% registam que os manuais têm interesse para os autores e editoras.



Quadro 8. Na sua opinião, os manuais...

Sobre esta questão encontram-se intimamente relacionadas as alíneas e) e f) do questionário. Ambas referem não só a importância da informação veiculada no manual para o aluno como quais as maiores dificuldades na relação entre o manual e o aluno, que neste caso é exatamente o destinatário.

Em ambas as questões presentes no questionário solicitou-se uma seriação de um a três, sendo o primeiro o mais valorizado.

Como se verificará, a partir da análise do gráfico anterior, os manuais revelam a sua importância, especialmente, para a aprendizagem dos alunos e, como os manuais garantem uma certa unidade no sistema educativo acabam por ser fatores determinantes na sua utilização em ambiente de sala de aula.

O facto de os professores considerarem que os manuais têm interesse principalmente para a aprendizagem do aluno (31%), poder-se-á ponderar como coincidente com o que se tem analisado. A alusão dos inquiridos de que os manuais acautelam uma certa uniformidade no sistema educativo vem revelar a proeminente ideia que persiste pela ainda marcante situação histórica que se preconizava especialmente no 1.º Ciclo, com o livro único. Além disso, o isolamento geográfico, social e pedagógico que separavam docentes e escolas é também um fator preponderante para a unificação do manual e o garante de uma certa estabilidade em termos de consecução de programas e metas curriculares oficiais.

Por outro lado, o manual permite iguais condições de acesso ao processo de ensino e, daí, a sua standardização.

Apenas 8% dos professores considera que os manuais têm interesse apenas para si, sendo por isso considerado uma percentagem pouco significativa.

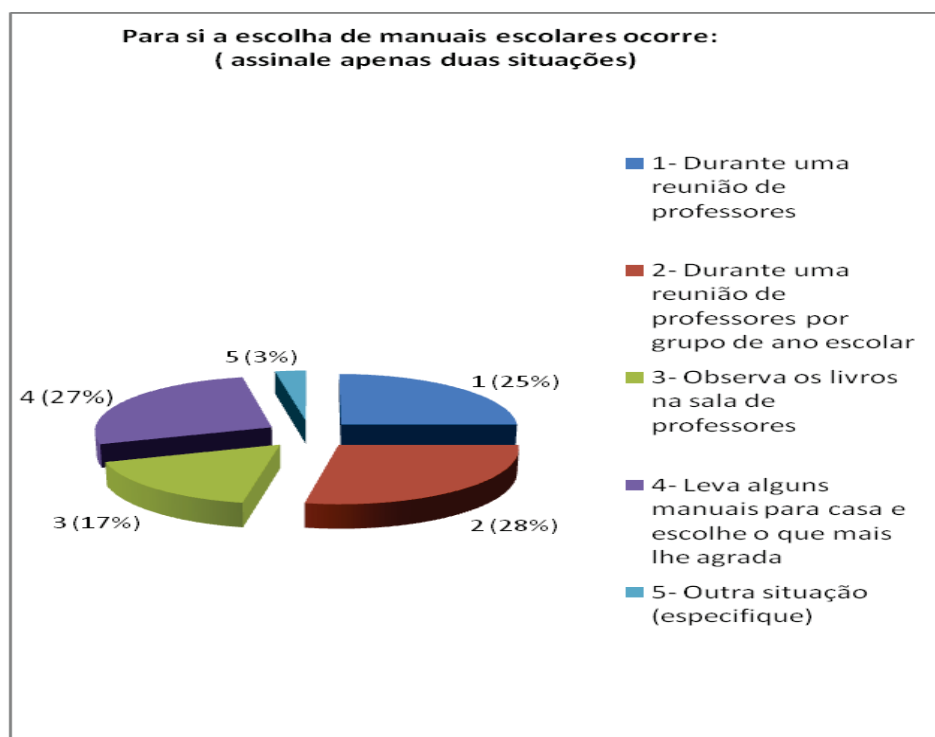
CAPÍTULO III
MANUAIS ESCOLARES DE PORTUGUÊS

MANUAIS ESCOLARES DE PORTUGUÊS

1. Escolha de manuais

De uma forma geral, o maior relacionamento dos professores com o manual coexiste aquando da sua escolha e, conseqüentemente, na sua adoção.

Neste item pretendeu-se inquirir em que medida e de que forma é que os professores se encontram realmente participantes na sua escolha, se encontram dificuldades e qual a sua opinião sobre o molde como decorre este processo.



Quadro 9. Para si a escolha de manuais escolares ocorre...

Perante a análise do gráfico verificamos que para 28% dos docentes a escolha do manual se efetua durante uma reunião de professores. No entanto, com resultados muito aproximados, encontramos a percentagem de 27% dos inquiridos que refere que transporta os manuais e escolhe os que mais lhe agradam. Confrontando os registos escritos dos professores sobre este capítulo, verifica-se que a escolha dos manuais se efetua durante uma reunião de professores por grupo de ano escolar. O que se torna, por vezes, num grave inconveniente, visto que variadas vezes são colegas de outros anos de escolaridade que escolhem os manuais a adotar em anos consequentes e, muitas vezes, não irão lecionar nos anos para que escolheram os manuais. Com uma percentagem aproximada surgem 27% dos colegas que assumem uma postura singular na sua análise.

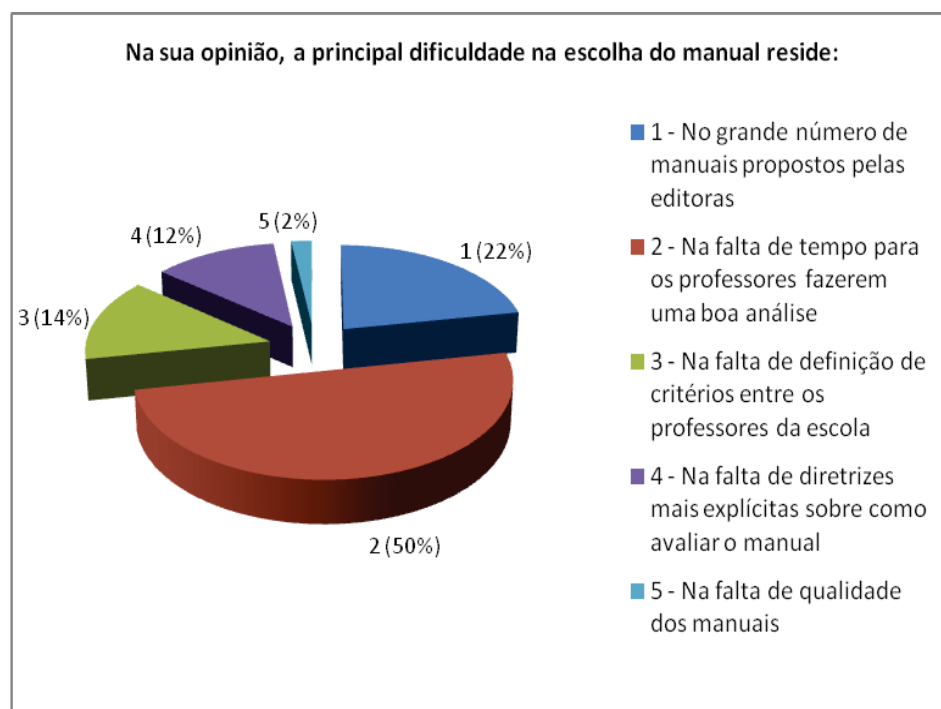
O facto de não se terem critérios uniformizados e ninguém para com quem debater e analisar com cuidado poderá ser de alguma forma nociva. De realçar o fato de ser numa reunião de professores a opção escolhida para 25% dos docentes. Esta preferência poderá também não ser a maneira mais eficaz de escolha. Geralmente, nestas reuniões, a ordem de trabalho é extensa e fica sempre para último ponto a escolha de manuais. Depois de tanto tempo em reunião e a debater tantos assuntos, o cansaço determina muitas vezes uma escolha apressada e pouco acautelada e coerente. Perante todos estes inconvenientes, os professores não encontram outra forma para resolver esta situação. Apesar da insatisfação, os professores demonstram que realmente o pouco tempo disponível para a escolha dos manuais muitas vezes é determinante para uma análise e escolha superficial.

Uma forma de poder salvaguardar esta situação seria a alteração de datas do calendário na escolha dos manuais. Condição que se encontra sob a alçada do Ministério da Educação.

1.1. Dificuldades na escolha de manuais

Neste item tentou-se descortinar quais as maiores dificuldades que os docentes sentem aquando da escolha de um manual.

A propósito desta questão constatou-se que a maior dificuldade apresentada pelos docentes na escolha dos manuais escolares exhibe uma percentagem demarcada de 50%, no item que indica a falta de tempo para os professores realizarem uma análise adequada e consistente, o que evidencia que na maioria das vezes o local em que se realiza a análise e a escolha do manual não será a mais propícia para uma cautelosa e fundamentada seleção, conforme se encontra evidenciado na análise do gráfico anterior.



Quadro 10. Na sua opinião a principal dificuldade na escolha do manual reside...

Em segundo lugar temos com 22% a indicação dos docentes que apontam para a grande variedade de manuais propostas pelas editoras como propiciadoras de dificuldades na escolha de manual.

Com algum realce de 14% é anotada a falta de definição de critérios entre os professores e a escola, o que poderá levar a conjecturar que nas reuniões de departamento não se efetuará uma abordagem significativa e efetiva de como escolher um bom manual, nem se darão orientações sobre quais as características que se deverão ter em consideração para uma escolha proficiente.

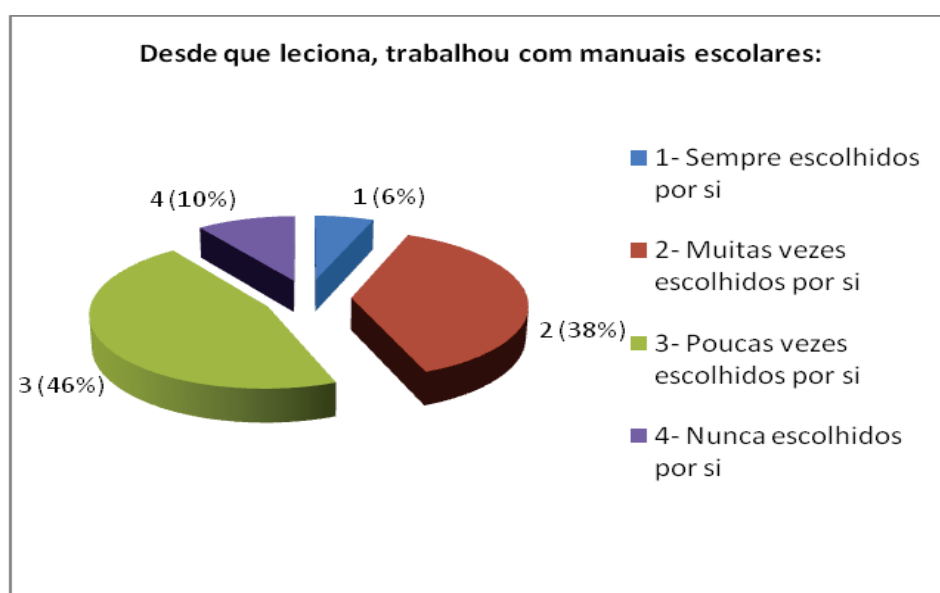
De realçar que em último lugar, e com apenas 2% dos professores a considerarem a falta de qualidade dos manuais, o que pressupõe que a maioria dos manuais que existem e se apresentam, manifestam qualidade.

1.2. Participação na escolha de manuais

Outra questão importante refere-se ao aspeto de, se o professor escolhe ou não o manual com que vai lecionar nesse ano letivo.

Deveras preocupante é a análise do gráfico seguinte, onde podemos concluir que são muito poucos os docentes que consideram trabalhar com o manual por si escolhido (46%). Apesar de participarem na escolha dos manuais, raramente trabalham com uma escolha sua.

Apenas 6% dos auscultados declara trabalhar com manuais que elegeu.



Quadro 11. Desde que leciona, trabalhou com manuais escolares...

De considerável interesse será analisarmos os resultados que se obtêm ao adicionarmos os resultados das percentagens dos docentes que assinalaram que trabalharam com manuais nunca escolhidos por si ou que nunca foram escolhidos por si, e se constata um valor superior a

50%. Ou seja, a grande maioria dos professores trabalha com manuais que não elegeu.

Perante os resultados verifica-se que mais de metade dos professores raramente trabalha com um manual elegido.

Este item tão pertinente, quando refletimos sobre ele, reforça a ideia de um certo azedume, consternação ou até mesmo de insatisfação quando confrontamos os resultados e apuramos a enorme percentagem de professores que trabalham diariamente no ensino e aprendizagem com um manual que não nomeou.

2. Noção de um bom manual

Em conformidade com o estudo que tem vindo a ser desenvolvido, os manuais consideram-se como bons auxiliares e até imprescindíveis na planificação das aulas e no ensino e aprendizagem. São geralmente utilizados na sua totalidade mas com alguma flexibilidade e são favorecedores da aprendizagem garantindo uma certa uniformização na consecução das metas e orientações curriculares educativas de um país.

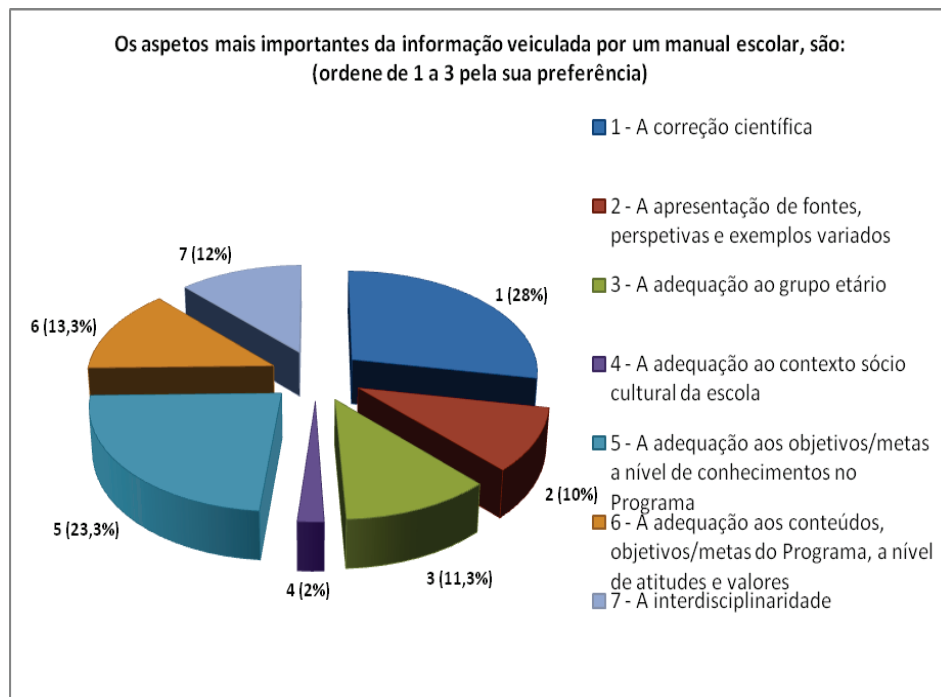
Dando seguimento ao trabalho, passaremos a analisar as temáticas respeitantes às prioridades científicas e pedagógicas, assim como as prioridades metodológicas e qual a necessidade de sugestões num manual.

De uma maneira geral a maioria dos professores considera o manual como um dos transmissores fidedignos dos programas e metas curriculares em vigor.

2.1. Prioridades científico pedagógicas

De acordo com este item do questionário importou evidenciar o que os professores consideram como essencial que o manual transmita.

Com 28% das respostas assinaladas, obtemos como prioritária a correção científica. De seguida apresenta-se o valor de 25%, que encara a adequação aos objetivos e metas ao nível dos conhecimentos no programa, como fundamentais nas preferências de um bom manual.



Quadro 12. Os aspetos mais importantes da informação veiculada por um manual escolar, são...

A correção científica é a resposta mais votada pelos docentes dado que a informação veiculada por um manual é extremamente relevante para o ensino e aprendizagem.

A adequação aos objetivos vem prorrogar a preocupação dos professores pela constante alteração dos programas e metas curriculares. Assumindo como certo que os manuais são certificados, estes deverão estar em conformidade com os programas educativos em vigor.

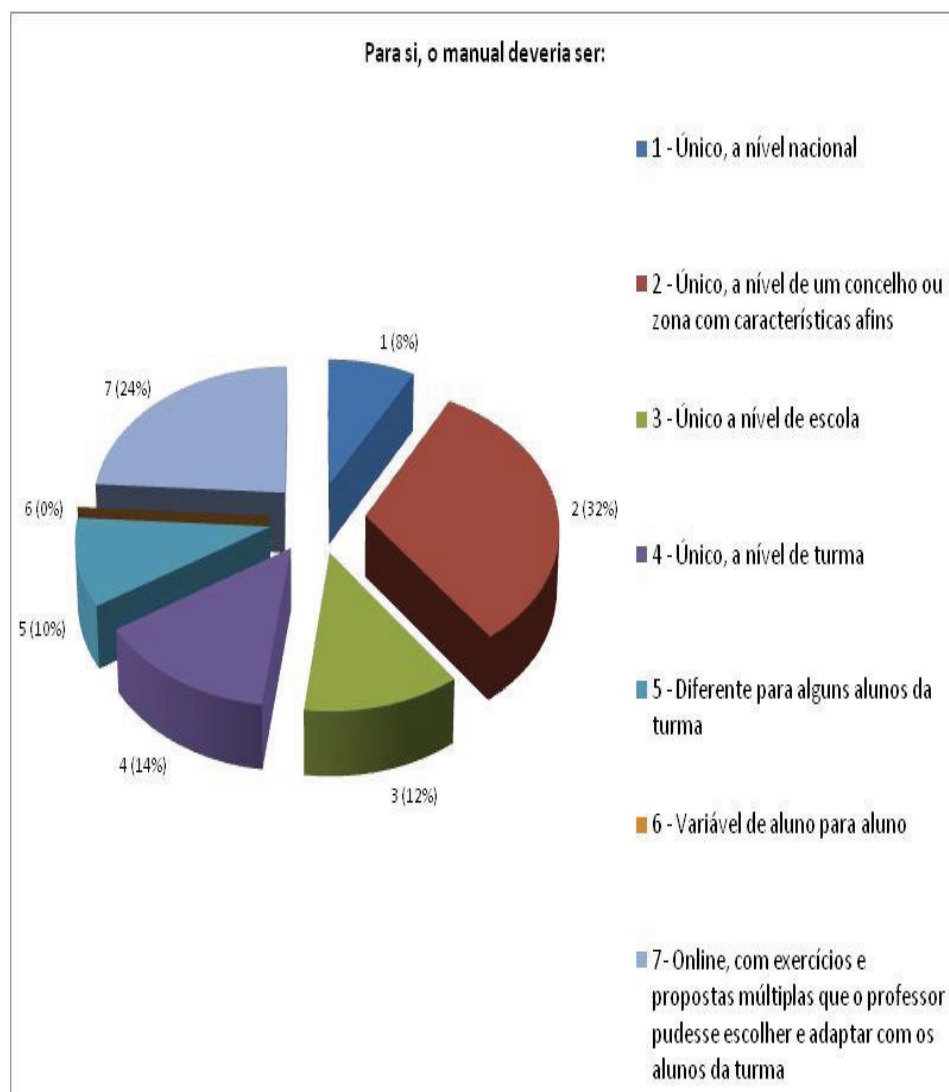
Com mais de 23% constatamos a adequação do manual aos conteúdos, objetivos/metast do programa ao nível de atitudes e valores, o que indicia uma certa preocupação por questões de formação e institucionais, visto que, presentemente, a preocupação com as questões

sociais no início de uma escolarização torna-se fundamental que sejam abordadas e trabalhadas num manual. Sendo o manual também uma referência para alunos e encarregados de educação, servirá esta temática para reforçar atitudes e comportamentos sociais mais adequados e enraizados, sendo mais facilmente tangíveis.

Com 7% temos a interdisciplinaridade. O cruzamento de matérias e novas abordagens implicando a sua transversalidade determina a sua quarta posição. Neste grupo etário em que se institui a monodocência pode o professor orientar todo o processo ensino e aprendizagem, fomentando assim a interdisciplinaridade, fundamental para este nível etário para a globalização do sentido nas temáticas abordadas e contextualizadas.

A última questão com menor percentagem (2%), alude ao contexto sociocultural. Esta menor preocupação poderá sublimar algumas exigências curriculares no sistema educativo mas, essencialmente, a variedade rática com que o 1.º Ciclo se depara cada vez mais.

Tendo por base o âmbito geográfico e pedagógico do manual, interrogaram-se os docentes nesta problemática obtendo-se as seguintes respostas que serão analisadas no gráfico seguinte.



Quadro 13. Para si, o manual deveria ser...

Com uma percentagem de 32%, os docentes consideram que o manual deveria ser único a nível de um concelho ou zona com características afins. Com um peso considerável de 24% dos docentes, assinala que o mesmo deveria ser *on line* com exercícios e propostas

múltiplas que o professor pudesse escolher e adaptar consoante os alunos da turma.

Daqui salienta-se a demarcação que os meios áudio visuais e a importância da tecnologia está a ganhar espaço face aos manuais tradicionais e a limitada informação que dispõem sobre determinados assuntos que se pretendam aprofundar. As tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apresentam-se como um excelente recurso didático nas diferentes áreas do conhecimento. Cabe-nos questionar se o manual escolar não deverá divulgar *sites* ou ter anexado CD-ROMs interativos ou dispor de plataformas digitais que promovam aulas mais dinâmicas, motivadoras e interativas. Neste contexto, pensamos que o manual deverá ser mais abrangente, fornecendo conteúdos conceptuais necessários a cada área ou disciplina mas, também, disponibilizar aos alunos outras fontes de informação.

O acesso à sociedade de informação terá de ser para todos sendo por isso, inevitável estabelecer medidas equitativas e criar condições para que todos os cidadãos tenham igual oportunidade de acesso, isto é, de participar e de usufruir de informação e consequentemente de conhecimento. São as Câmaras Municipais e as Escolas que têm um papel determinante para excluir as assimetrias que existem entre os alunos. Estas instituições deverão equipar os estabelecimentos de ensino com os computadores ligados à Internet, o uso da língua portuguesa no *software* multimédia educativo, a formação especializada de professores, a produção de CD-ROMs interativos, entre outros, contribuindo desta forma, para um ensino de qualidade através da inovação e do acesso ao saber, bem como garantir o princípio da democraticidade, facultando a obtenção da informação a várias camadas da população.

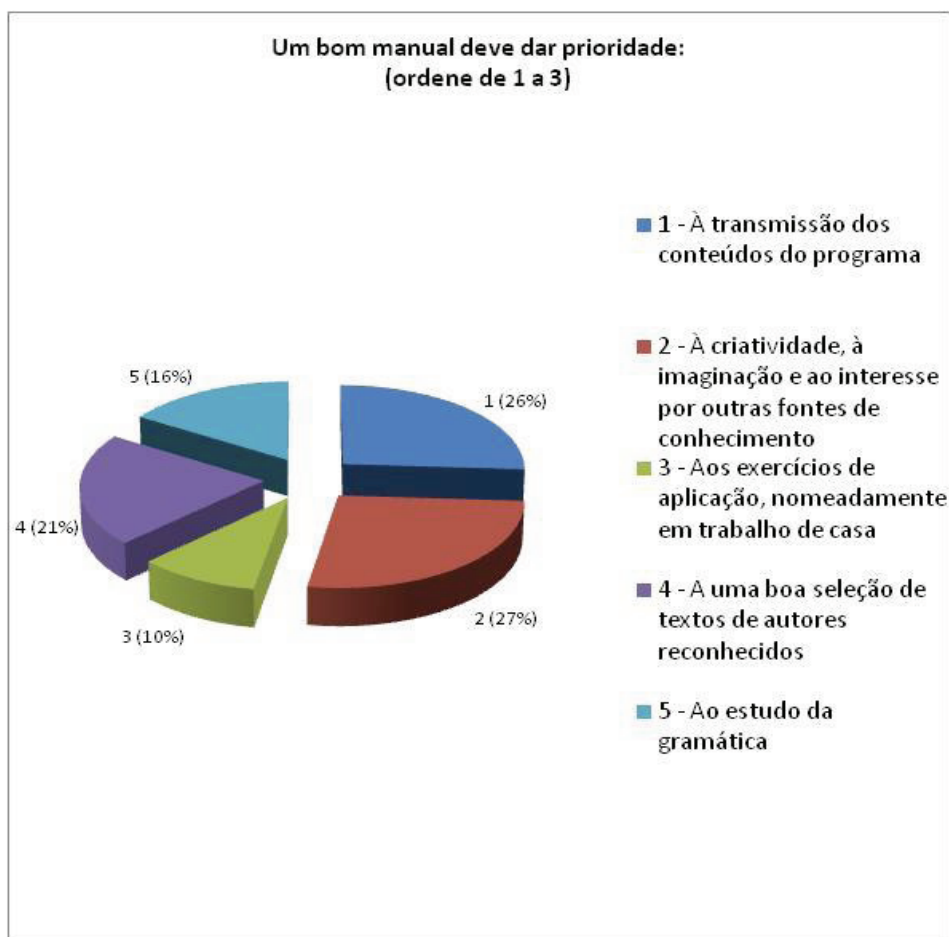
Uma tentativa de explicação para que a escolha recaia sobre um manual único ao nível do concelho, tenderá para uniformizar a ideologia educativa e torná-la mais consistente ao nível desse concelho, acautelando uma positiva unidade no contexto educativo. Por outro lado, com a migração constante de famílias dentro do mesmo concelho seria um fator benéfico pois não teriam de comprar outros manuais escolares para os seus educandos.

2.2. Prioridades pedagógico metodológicas

Perante a análise realizada verificaremos agora, quais as prioridades dos professores quanto às funções do manual nesta temática.

Como prioridades na consolidação de conhecimentos, consideram 27% dos pesquisados a metodologia que englobe o trabalho com atividades que envolvam a criatividade, a imaginação e o interesse por outras fontes de conhecimento.

Cada vez mais se torna fundamental motivar os alunos para novas estratégias e atitudes que os envolvam e contextualizem a informação. Sendo o professor do 1.º Ciclo detentor da monodocência, mais uma vez se verifica a importância de realçar a criatividade e a imaginação no ensino aprendizagem visto que, como abarca uma variedade de disciplinas e temáticas transversais ao programa, torna-se imprescindível motivar e envolver o aluno em todo o processo e em toda a dinâmica escolar



Quadro 14. Um bom manual deve dar prioridade a...

Em segundo lugar, e com uma percentagem de 26%, temos a transmissão dos conteúdos do programa como já verificamos anteriormente. O manual é o material fidedigno para a transmissão dos conteúdos emanados dos programas educativos oficiais do Ministério da Educação.

Com 21% das respostas observamos a importância dada a uma boa seleção de textos de autores conhecidos.

Com o enfoque nestes últimos anos dado ao PNEP e ao PNL, o professor deste grupo de ensino tem sentido uma maior necessidade de

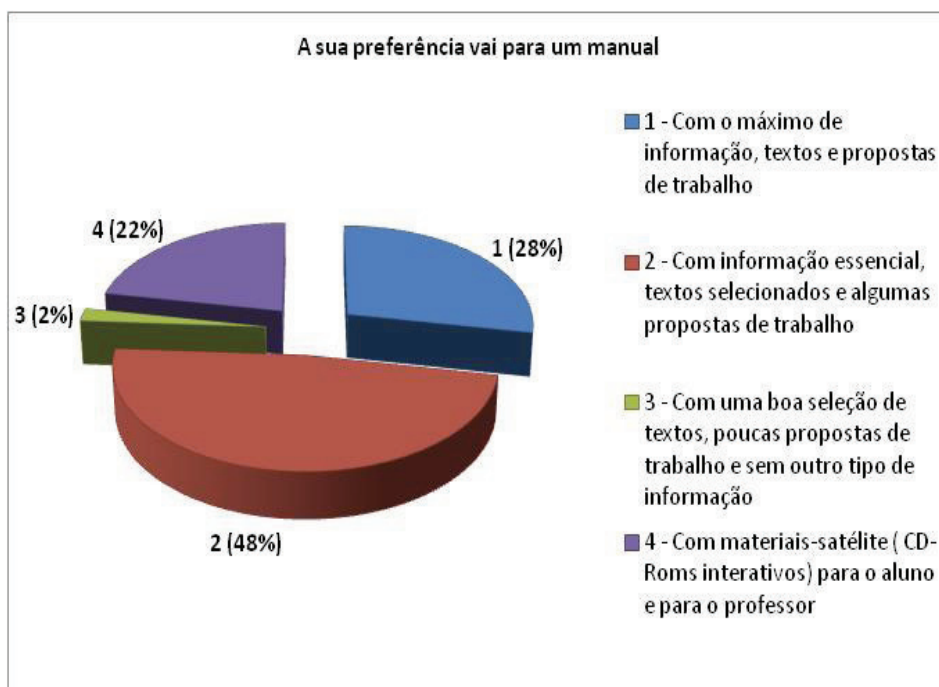
aprofundar os seus conhecimentos, tornando-se cada vez mais exigente nos textos que necessita de trabalhar em contexto de sala de aula. Com os resultados do relatório de PISA, tem-se vindo a detetar que os alunos continuam com graves lacunas ao nível da compreensão leitora pelo que há que colmatar esta lacuna.

2.3. Quantidade de sugestões de trabalho prático

Ao observarmos e analisarmos convenientemente o gráfico seguinte, constatamos que a preferência se orienta para um manual que considere a informação essencial, com textos selecionados e algumas propostas de trabalho, perfazendo um total de 48% dos auscultados. Com 28% das respostas assinaladas temos a referência aos materiais satélite (CD-ROMs interativos) para o aluno e professor como essenciais na constituição de um bom manual, conforme se poderá verificar no gráfico seguinte.

Esta inferência vem ao encontro das orientações emanadas do Ministério da Educação, na medida em que preconiza o desenvolvimento e a introdução dos meios tecnológicos e informáticos ao serviço da educação.

Os professores pretendem um manual que abarque a informação essencial que é necessária em termos de cumprimento dos programas oficiais, visto ser o garante de uma uniformização no ensino e ao mesmo tempo que propicie uma abordagem mais dinâmica e diferencial que abarque os interesses dos jovens do século XXI.



Quadro 15. A sua preferência vai para um manual...

A segunda escolha com 28% justifica-se pela opção de alguns docentes na escolha de um manual que proporcione o máximo possível de informação, assim como delencie muitas propostas de trabalho. A vida agitada e o pouco tempo disponível para a preparação de aulas e a vida familiar, a tenderem para um manual que contemple quase tudo, de forma a economizar o tempo que é já pouco.

Entretanto, há a salientar que não se deve negligenciar as novas tecnologias colocadas ao dispor dos manuais (CD-ROMs interativos e plataformas digitais) que vêm proporcionar ao aluno e ao professor a utilização de outras fontes, motivadoras de interesse e dinâmica escolar.

2.4. Manuais e estratégias de ensino

Neste grupo de questões desejou-se compreender em que medida as estratégias pedagógicas desenvolvidas e preconizadas pelos manuais influenciavam o ensino e aprendizagem, se seriam suficientes ou se haveria outras soluções mais coerentes e proficientes neste processo educativo.

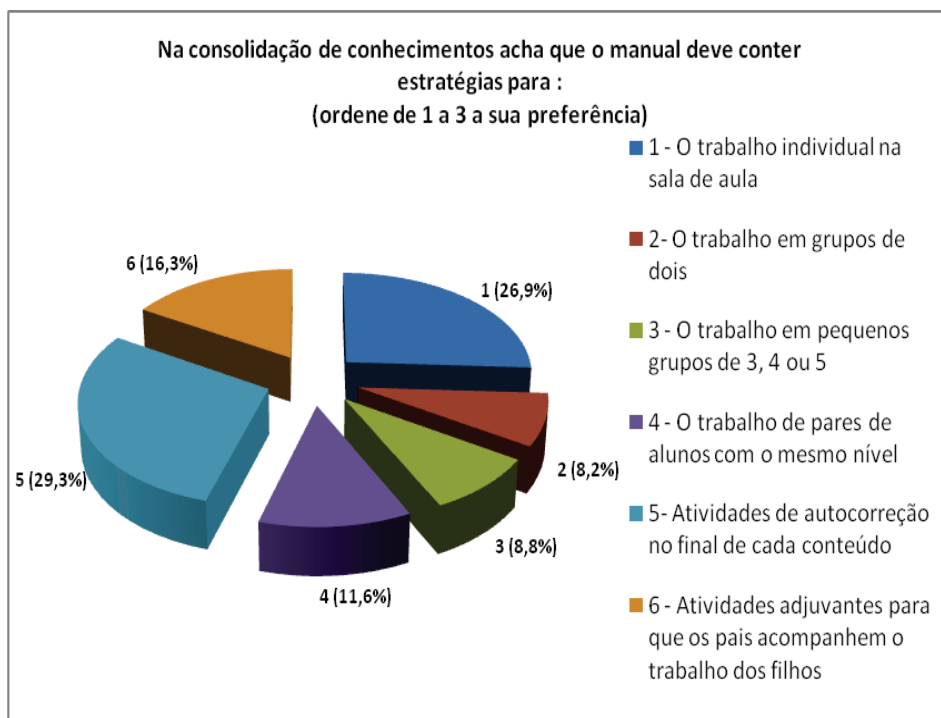
Por exemplo, se observarmos o quadro seguinte, verificaremos que na consolidação de conhecimentos a preferência aponta para as atividades de autocorreção no final de cada unidade temática, com uma significativa percentagem de 29%.

Como segunda opção, o trabalho individual em sala de aula é a escolha de 26% dos docentes.

Cada vez mais como factor integrante no processo educativo apresenta-se a comunidade familiar, pelo que com 16% das respostas a indicarem atividade adjuvantes para que os pais acompanhem o trabalhos dos seus educandos.

Com 11% das escolhas o trabalho desenvolvido em grupo de pares de alunos do mesmo nível, cuja interajuda propicia, quando adequadamente orientado, uma dinâmica que proporciona uma certa autonomia dos alunos perante tarefas diferenciadas.

Com uma percentagem equitativa de 8% encontram-se as atividades que preconizam o trabalho a pares ou em pequenos grupos, entre alunos de diferentes níveis de aprendizagem. Esta atitude sugere a pouca relevância dada aos trabalhos e seus resultados quando se encontram no mesmo grupo de trabalho, alunos com as mesmas dificuldades ou saberes. Daqui se poderá inferir que não se proporciona dinamismo nem uma competição positiva entre pares.



Quadro 16. Na consolidação de conhecimentos acha que o manual deve conter estratégias para....

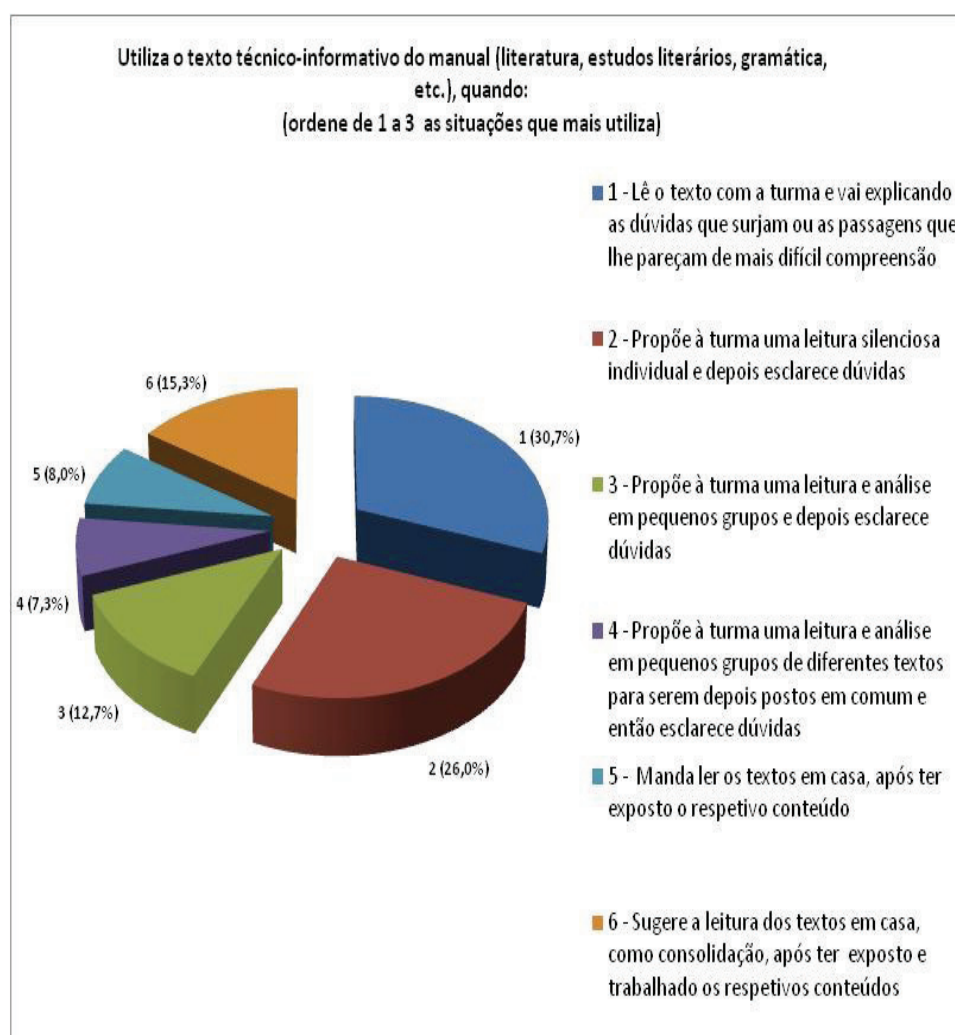
De evidenciar o protagonismo dado à importância da consolidação das noções abordadas sempre com atividades diversificadas e que permitem a inclusão da comunidade familiar no processo de ensino-aprendizagem.

2.5. A importância na abordagem de diferentes tipos de texto

Considerando que os processos de leitura e escrita são primordiais no desenvolvimento dos educandos, justifica-se a necessidade de

entender a prática da leitura e da escrita como indissociáveis e, como tal, responsáveis pela autonomia e senso crítico e reflexivo do aluno.

O gráfico seguinte reporta-se à utilização que os docentes fazem em relação aos textos técnico-informativos do manual (literatura, textos literários, gramática...).



Quadro 17. Utiliza o texto técnico- informativo do manual quando...

Perante esta questão, os inquiridos manifestam-se com uma percentagem de 30% indicando a sua preocupação na compreensão leitora do aluno. Assim, em contexto de sala de aula é frequente a leitura do texto para abarcar o conhecimento geral do mesmo e, posteriormente a sua explicação nas passagens mais pertinentes.

Também, e com 26% das respostas, é utilizada a leitura silenciosa, para que o aluno apreenda o sentido global do texto e só posteriormente se esclarecerão as dúvidas. Esta atitude pressupõe que os alunos se encontrarão mais autónomos e, portanto, capazes de realizar a atividade ou tarefa sozinhos.

A utilização da dinâmica da leitura em casa, como forma de consolidação de matéria após a exposição e exercitação dos respetivos conteúdos, surge como terceira opção. Este tipo de trabalho pressupõe algum comprometimento por parte do aluno na responsabilização de um estudo diário, sistemático e envolvido na aprendizagem.

Com apenas 12% da concordância dos professores temos a leitura e a análise de textos utilizando a metodologia grupal. Neste nível de ensino, em que este tipo de estratégia ainda está a ser cimentado, é uma proposta que implica um bom domínio na turma, a aceitação de regras de trabalho de grupo e a criação de uma organização estrutural em contexto de sala de aula.

Relacionada com a anterior preferência, a leitura em pequenos grupos mas de diferentes textos em que posteriormente serão esclarecidas as dúvidas, demonstra apenas 7% das escolhas. Verificamos e compreendemos agora, o motivo por tão baixa percentagem neste item. A utilização de trabalho de grupo depende do nível etário e do domínio e estratégias utilizadas em ambiente de sala de aula e, ainda, a utilização de diferentes textos numa mesma situação de ensino aprendizagem poderá

acarretar dificuldades na compreensão e apreensão de conhecimentos por parte dos alunos.

2.6. Textos literários

Com este grupo de questões pretende-se verificar a preferência dos professores quanto ao tipo de géneros literários e o que pretendem com a sua aplicação nos manuais escolares.



Quadro 18. No seu trabalho pedagógico, a sua preferência (e frequência) em termos de género literário vai para...

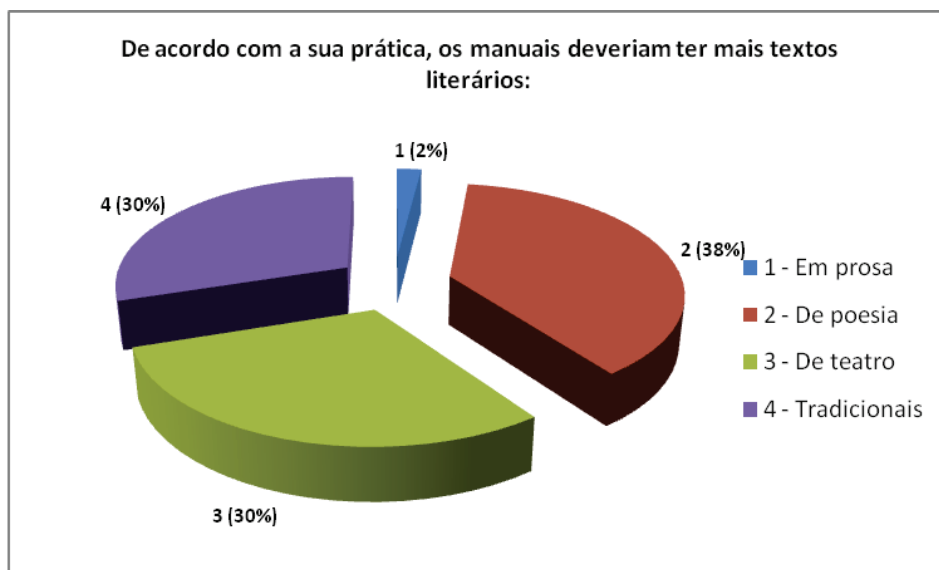
Refletindo sobre o tipo de géneros literários que os professores elegem, surge com uma esmagadora preferência de 92% os textos narrativos.

Com uma minoria acentuada, os textos dramáticos com apenas 6% das escolhas e com uma insignificante escolha os textos líricos, com a reduzida percentagem de 2%.

Como tentativa de explicação deste resultado poderemos ambicionar a conclusão de que, historicamente falando, os manuais eram organizados essencialmente por textos narrativos. Só desde há pouco tempo é que se começou a privilegiar outro tipo de géneros e artes e a dar-se valor a outras formas de transmissão de sentimentos que são divulgadas a partir de textos dramáticos e textos líricos.

2.7. Géneros literários que se pretendem em maior quantidade nos manuais

Refletindo sobre o tipo de textos literários que o manual deveria contemplar, surge com 38% o pedido de um maior número de textos poéticos e ex aequo com 30% das respostas, a solicitação de textos tradicionais e de teatro.

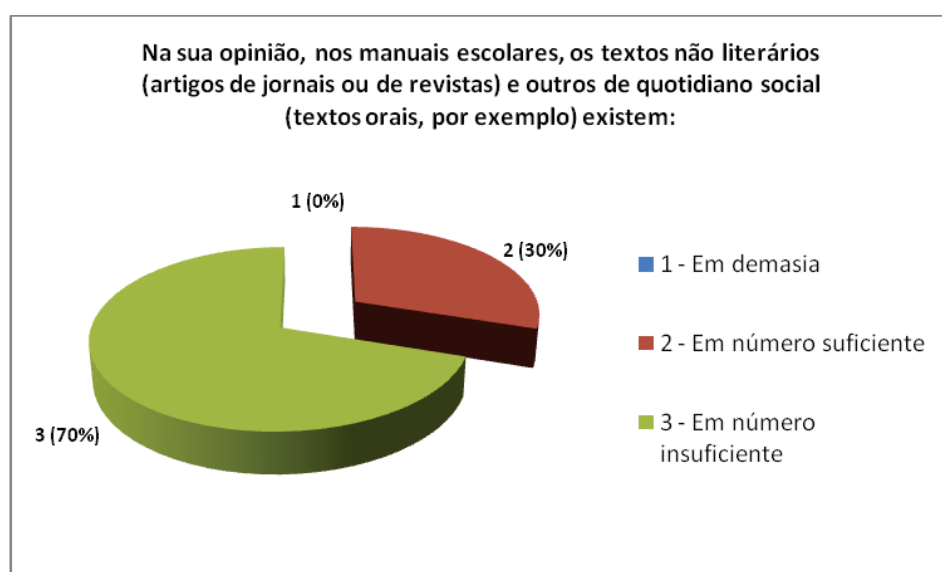


Quadro 19. De acordo com a sua prática, os manuais deveriam ter mais textos literários...

Apesar de na questão anterior os docentes preferirem textos narrativos que geralmente surgem em forma de prosa (neste gráfico com uma diminuta percentagem de 2%), evidencia-se o desejo de encontrar nos manuais escolares um maior número de textos de poesia. Com a mesma percentagem, a opção pelos textos de género dramático e de cunho tradicional. Este consenso neste tipo de literatura tem significado neste nível de ensino devido à faixa etária com que se trabalha. Os alunos gostam de dramatizações e de conhecer histórias tradicionais que apresentam sempre um cunho do fantástico e do imaginário, tão relevante no 1.º Ciclo.

2.8. Quantidade de textos não literários nos manuais

Através da observação do gráfico pretende-se saber o que pensam os professores sobre o número de textos literários presentes ou não nos manuais.



Quadro 20. Na sua opinião, nos manuais escolares, os textos não literários e outros de quotidiano social existem...

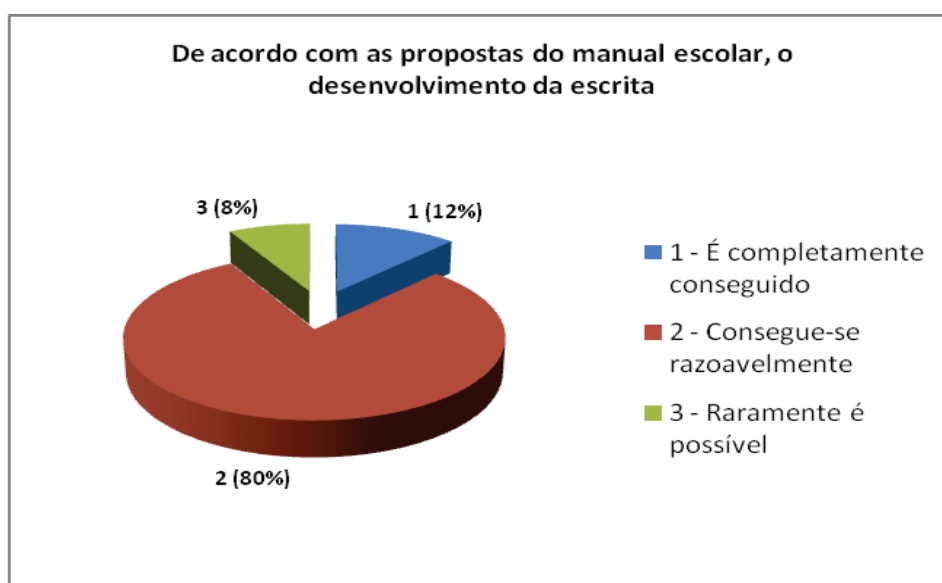
De salientar que, com uns expressivos 70% dos professores a manifestarem que nos manuais se encontram em número insuficiente os textos não literários e de quotidiano social. Factor este que vem corroborar a necessidade de uma nova recontextualização da conceção dos manuais em termos de inovação nas práticas pedagógicas. Este tipo de textos faz parte do campo literácico dos alunos e, por esse motivo, deveriam ter uma amostra mais significativa pois proporcionariam outros tipos de

aprendizagem que poderiam desenvolver um maior número de competências nos alunos.

2.9. Desenvolvimento da escrita

O desenvolvimento da escrita é, presentemente, das situações mais problemáticas e objeto de inúmeros estudos.

Nesta questão salientou-se a importância do desenvolvimento da escrita e daqui resultou que 80% dos professores considerou que o manual consegue razoavelmente atingir este objetivo.



Quadro 21. De acordo com as propostas do manual escolar, o desenvolvimento da escrita...

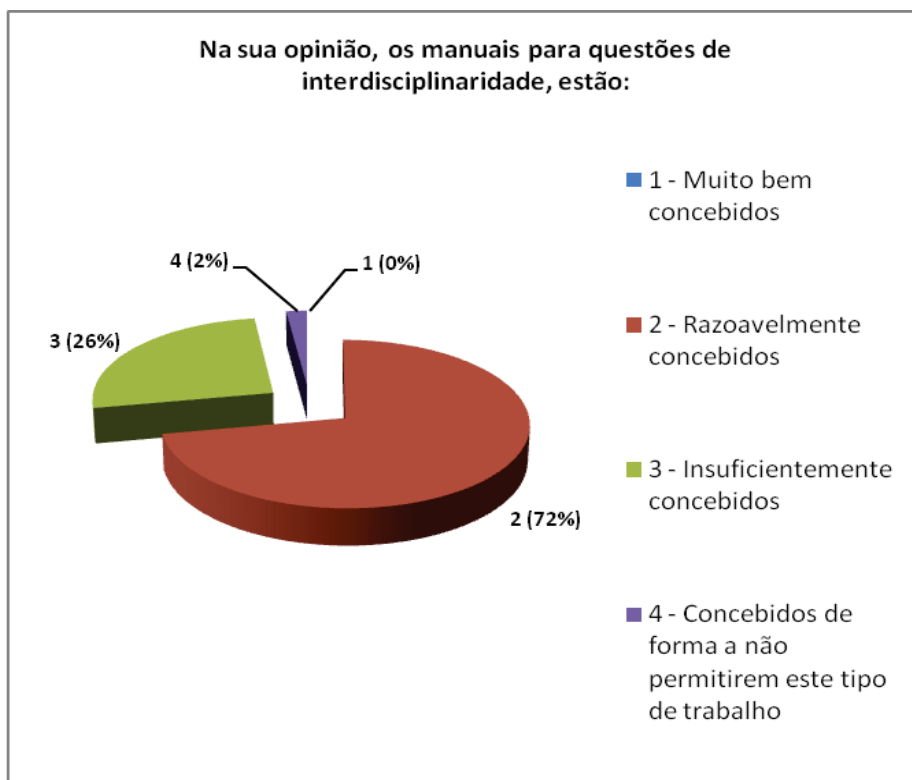
Tendo em consideração este valor, compreende-se facilmente que para este nível etário, os docentes consideram que desenvolvem as suas práticas docentes de ensino aprendizagem baseados na planificação e nas sugestões metodológicas que o manual preconiza e que consideram razoáveis. Com uma percentagem situada nos 12% temos os professores a considerarem que é completamente conseguido desenvolver a escrita com as propostas metodológicas do manual. Apenas 8% dos professores acha que raramente é possível conseguir realizar essa tarefa.

De uma forma geral, os professores encaram e veiculam a proficiência dos manuais neste campo de ação.

2.10. A Interdisciplinaridade

A reportação à motivação e ao incentivo de diferenciadas áreas e subsequente desenvolvimento de capacidades, pressupõe a planificação e a utilização de estratégias inovadoras, diversificadas, integradoras de saberes e, por isso mesmo, transversais a todas as áreas ou domínios disciplinares curriculares e não curriculares.

É neste sentido que se pretende auscultar a opinião dos professores no que diz respeito à forma como os manuais se propõem a dinamizar e a desenvolver a interdisciplinar neste ciclo de ensino, visto que na monodocência é um factor a ter em consideração.

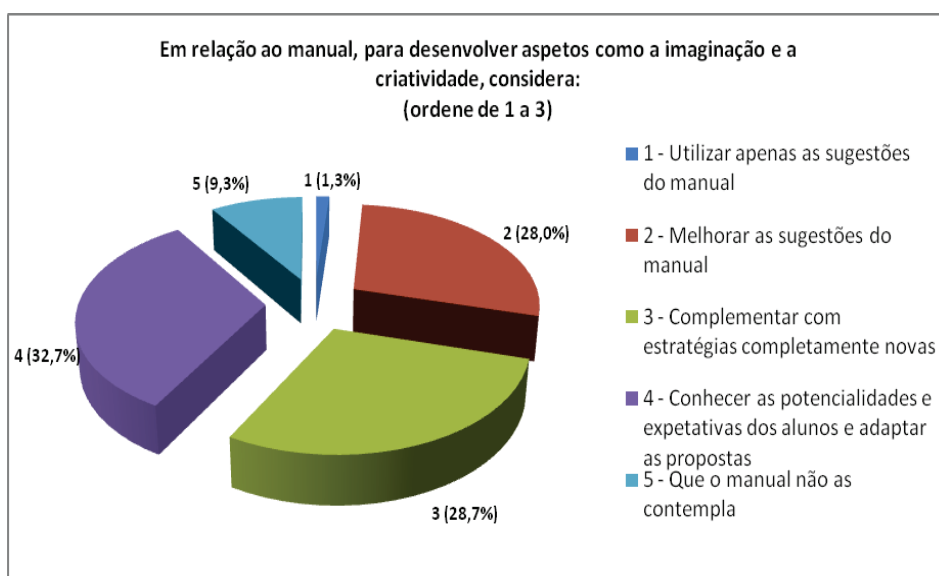


Quadro 22. Na sua opinião, os manuais para questões de interdisciplinaridade, estão...

Com uma percentagem significativa de 72%, os docentes consideraram que os manuais se encontram razoavelmente concebidos de acordo com as finalidades que veiculam; 26% indicam que se encontram insuficientemente concebidos e apenas 2% acha que não estão concebidos para desenvolverem essa transversalidade.

2.11. Estimulação da criatividade e da imaginação

Observaremos o seguinte gráfico de forma a compreendermos até que ponto o manual permite o desenvolvimento da criatividade e da imaginação.



Quadro 23. Em relação ao manual, para desenvolver aspetos como a imaginação e criatividade, considera...

Em relação à estimulação da criatividade e da imaginação, 32% dos pedagogos assinalaram que o manual não as desenvolve e, de forma a colmatar essa deficiência adotam a estratégia de conhecer as expetativas

dos alunos e adaptar propostas inovadoras que os estimulem e os desenvolvam neste campo tão deficitário.

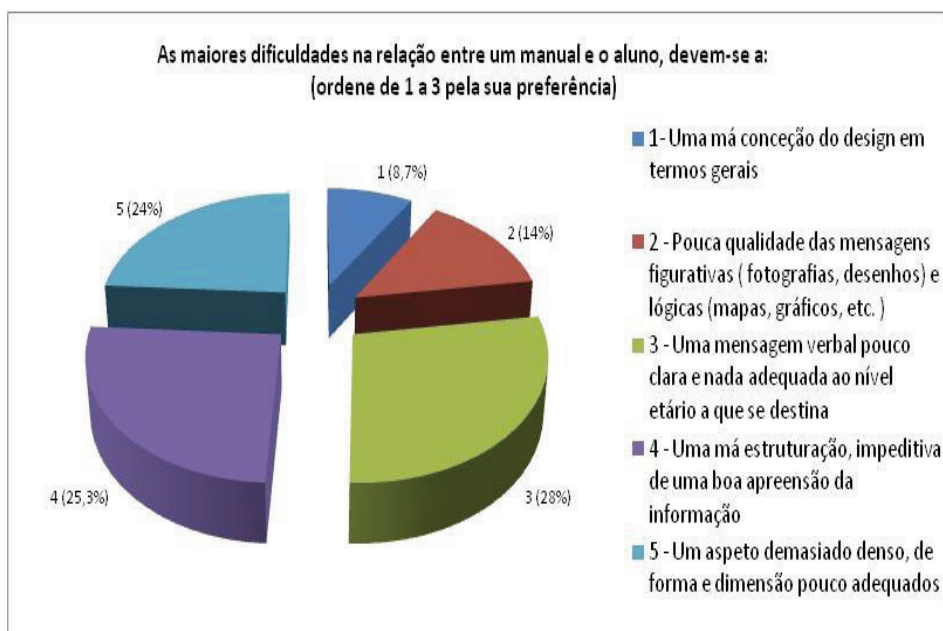
Com 28% dos inquiridos manifestam a necessidade de complementar com estratégias novas e de melhorar as sugestões do manual. Na terceira posição com 9% das respostas afirma que o manual não permite ou não contempla os aspetos da imaginação e da criatividade. Só apenas pouco mais de 1% dos professores admite que utiliza apenas as sugestões do manual.

Em conclusão, existe uma certa concordância em encarar que as sugestões do manual são demasiado exíguas para se desenvolver aspetos tão fundamentais neste nível etário.

Se compararmos respostas analisadas anteriormente, em que se verificou que o manual deve potenciar a utilização de novas fontes de integração de saberes e de incrementação de aptidões para a interdisciplinaridade poderemos aferir que os manuais se encontram deficitários nesta área e que não permitem o desenvolvimento efetivo da criatividade, do interesse por novas descobertas e novas estratégias de abordagem a novos conceitos e saberes.

2.12. Dificuldades nas estratégias sugeridas pelo manual

Achou-se relevante saber se as estratégias planificadas pelos docentes e coadjuvadas com os manuais se estariam ou não afetadas pela relação dos alunos com este material didático.



Quadro 24. As maiores dificuldades na relação entre um manual e o aluno, devem-se a...

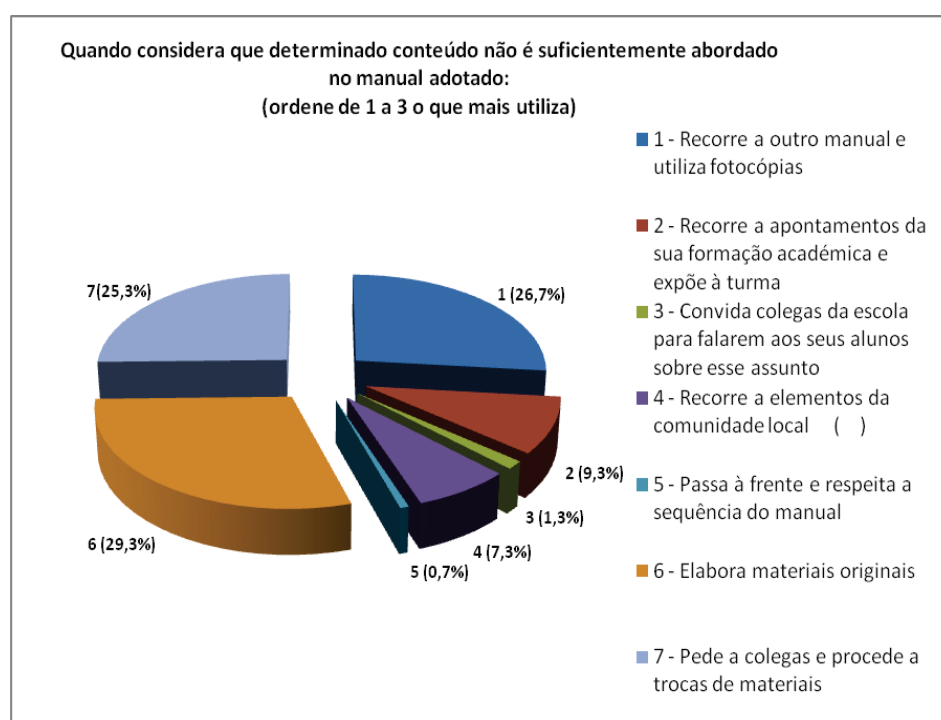
Analisando os resultados do gráfico anterior, observa-se que os maiores constrangimentos na utilização dos manuais com os discentes afigura-se com 28% das respostas, numa mensagem verbal pouco clara e nada adequada ao nível etário a que se destina e com um peso de 25% é apontada a má estruturação do manual como impeditiva de uma boa apreensão da informação.

Como aspeto considerado condicionante para a aprendizagem escolar, situa-se nos 24% as respostas que apontam para o manual com um aspeto denso, de forma e dimensão pouco adequados.

De salientar estas opiniões tão marcantes e que desajustam o guia didático naquilo que se preconiza como características para um bom manual escolar.

2.13. Estratégias alternativas aquando da ausência de estratégias no manual

A análise às respostas do inquérito refere algumas soluções encontradas pelos docentes quando o manual escolhido não oferece estratégias adequadas ao propósito do ensino e aprendizagem planificado.



Quadro 25. Quando considera que determinado conteúdo não é suficientemente abordado no manual adotado...

Apesar do manual permanecer o material de excelência utilizado por todos os professores na sua prática letiva, este continua a patentear

demasiadas insuficiências que os docentes tentam colmatar com novas estratégias e soluções.

A leitura do gráfico permite observar que 29% dos professores utiliza como estratégia complementar a elaboração de materiais originais.

Com 26% e 25% das respostas, revelam respetivamente a aproveitamento de outro manual e o uso de fotocópias, assim como a estratégia de recorrer a outros colegas e o procedimento de troca de materiais.

Com menor percentagem apresenta-se o recurso a apontamentos da sua formação académica e a exposição à turma, assim como o recurso a elementos da comunidade local.

A estratégia de passar à frente e de respeitar a metodologia do manual, revelou uma baixa aderência por parte dos professores,

**ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO
DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO**

Análise e interpretação dos dados do questionário

A importância dada ao manual por toda a comunidade escolar (professores, estudantes e encarregados de educação), identifica-o como uma realidade aplicada na rotina pedagógica. Sendo considerados fiéis depositários dos conteúdos, objetivos e metas oficiais dos programas emanados do Ministério de Educação, é o fiador do sistema educativo, para toda a comunidade escolar. Implicadas neste processo encontram-se as editoras como responsáveis pela inclusão dos programas oficiais.

Acerca do comércio editorial, o Estado pouco interfere nas leis de economia do mercado. O comércio dos manuais determina um substancial lucro das editoras, o que faz com que cada vez mais se invista neste tipo de comércio e nesta faixa de mercado.

Lamentável é o facto de que antes de se ouvir os professores, são primeiramente ouvidas as editoras que têm de conhecer os conteúdos para posteriormente informarem os autores. A acrescer a esta situação, a dificuldade espaço temporal para a escolha de manuais e a obrigatoriedade de adotar um manual com uma vigência de seis anos, acarreta essencialmente uma proteção às editoras em detrimento do interesse dos professores e alunos, os verdadeiros utilizadores deste mercado.

De salientar, ainda, que as grandes editoras e pelo ónus publicitário que lhes está associado, determinam um preço acrescido do manual escolar.

Ao receberem as orientações do estado e sujeitos às suas exigências, as editoras e autores determinam-se como os verdadeiros

prescritores dos programas que os alunos recebem e demasiadas vezes distanciam-se das reais necessidades pedagógico-didáticas que os alunos necessitam. Os manuais acabam por não ter em consideração as características regionais e geográficas dos alunos nem a própria qualidade em função do contexto social da escola, perdendo a sua flexibilidade e tornando-se num manual igual para todo o país.

Daqui se infere, que a partir das diretrizes providas do Ministério de Educação, o manual escolar quando chega ao aluno já se encontra revisto por todos os intervenientes do Estado. Por conseguinte, é o próprio Estado a consignar o estatuto de que usufruem as editoras e autores e a pouca autonomia de que as Escolas possuem acaba por não ser aproveitada nem pelos alunos, nem pelos professores.

A partir de uma sucinta análise do programa de Português evidencia-se uma certa intenção de aliciar os professores à adoção de novas práticas/estratégias pedagógicas e metodológicas.

Com a implementação das novas metas curriculares de Português que se encontram definidas por ano de escolaridade e contêm quatro domínios de referência, no 1.º Ciclo (Oralidade, Leitura, e Escrita. Educação Literária, Gramática), esta nova estruturação poderá implicar uma série de propostas e sugestões que se podem revestir de uma perspetiva mais dinâmica e proactiva em termos pedagógicos.

Quando se analisa presentemente um manual é fácil encontrar as formas verbais, como *classifica, enumera, indica, transcreve, copia, justifica (...)*, o que indicia uma pedagogia pouco ativa e empreendedora de novas descobertas e saberes.

Esta breve análise poderá indiciar que mais do que uma ou várias metodologias, existe uma lista de sugestões que pretendem conduzir a novas opções metodológicas, a novas práticas mas que necessitam de um

novo enquadramento: quer no que concerne a explicitação metodológica nos próprios programas, quer em termos de formação de professores na perspetivação de momentos de reflexão no âmbito da organização coletiva das estruturas educativas da própria escola.

O desconhecimento do programa por parte dos professores na sua integralidade leva-os a conhecê-lo quando adquire o manual – este comporta o programa sinteticamente, oferece sugestões de trabalho além de outras ofertas didáticas – CD-ROMs interativos, plataforma digital, etc.. Daqui se concluiu que a maioria dos professores conhece o programa através do manual. A confirmar esta situação temos a maioria dos inquiridos a confirmarem e a acreditarem que o manual segue o programa oficial. A indústria livreira também se responsabiliza por esta inferência, ao fazer chegar aos professores o conhecimento do programa através da inscrição na capa do livro a indicação de “de acordo com o programa em vigor” e através da sua acreditação e certificação por Escolas Superiores de Ensino.

Assim sendo, e da análise realizada nos inquéritos recebidos, poder-se-á inferir que alguns dos manuais poderão não corresponder às prescrições emanadas do Ministério, donde poderão ocorrer riscos de não seguir adequadamente as suas determinações e orientações.

A desconfiança que os professores detêm do manual prende-se essencialmente com o excesso de oferta por parte das editoras e com a relativa facilidade com que se alteram os programas e metas curriculares. Além disso, o aumento da escolaridade obrigatória e a formação desenfreada de mega agrupamentos, ainda não permitiu aos autores encontrar uma solução para um contexto escolar diferenciado e com características específicas a contemplar na realidade dos manuais.

De realce surge a perspetiva de alguns professores que responderam e que consideram que os manuais só abordam questões do programa e outros que são de opinião que existem outros conteúdos. Isto corresponde a uma ideia errada que alguns professores e autores ainda detêm do programa. Este não é rígido ao nível dos conteúdos, pois permite outras dinâmicas, estratégias e tarefas diferenciadas.

Portanto, o professor continua a acreditar que o manual é o prescritor do programa oficial e seu mentor. Assume o papel de guia pois encontra-se estruturado em capítulos, sequências ou aulas, pretendendo-se que seja utilizado sob a orientação do professor, na escola e, eventualmente, sob a vigilância dos pais em casa. É um facto que o manual é o material mais em uso e o meio auxiliar didático mais utilizado por todos os docentes e é em contexto escolar que assume a sua principal função. Ajuda na planificação das aulas, no estudo de textos literários e na realização de fichas de trabalho e em diferentes situações. Geralmente é utilizado na sua totalidade mas com a flexibilidade orientada pelo professor de acordo com as temáticas abordadas e estratégias de ensino.

A visão que os professores detêm do manual enquanto garantia do sistema educativo indica, também, alguma insegurança pessoal e profissional neste campo de ação.

Mas como poderá o manual responder a todos as questões e requisitos que os professores pretendem deles?

Depois de chegar à conclusão de que o manual não apresenta todos os recursos de que necessita e que não atinge as finalidades a que se propunha, a maioria dos docentes recorre a outros manuais ou utiliza fotocópias de forma a colmatar estas insuficiências.

A primeira relação do professor com o manual surge com a sua escolha e adoção. Esta tarefa difícil raramente é realizada num espaço e

tempo favorável a uma cuidada análise e reflexão e acresce a variedade de oferta, o que vem complexar ainda mais esta função.

As apresentações dos manuais pelas editoras usualmente realizam-se em épocas demasiado exigentes para os docentes: são as inúmeras reuniões de avaliação, os exames, testes intermédios, fatores condicionantes que contribuem para uma apressada e insuficientemente refletida escolha. Perante estas vicissitudes os professores optam por escolher os manuais sozinhos, observando-os nas salas de professores ou analisando-os nas suas casas e, em reuniões de departamento indicam a sua escolha. Geralmente esta escolha não é fundamentada e também não trabalham no ano letivo seguinte com o manual escolhido.

Para reconhecer as qualidades e potencialidades de um manual, o professor necessitaria de trabalhar com ele. As principais lacunas (científicas, didáticas e estratégicas, entre outras...), dificilmente serão detetáveis com uma análise ou observação rápida. A análise de folha a folha é praticamente impossível, os erros de articulação e outros só são perceptíveis aquando da aplicação em contexto de sala de aula e as grelhas do Ministério não possibilitam aos professores uma escolha aprimorada. Perante o que foi descrito, torna-se quase um desafio que o manual se torne um material orientador pleno e seguro no processo de ensino aprendizagem.

Utilizando o manual através de um ensaio em contexto de sala de aula seria uma forma de verificar até que ponto a heterogeneidade seria potenciada. Também a criação de estruturas ou mecanismos que permitissem experimentar alguns conteúdos do manual com alunos da escolaridade a que se destina, talvez fosse um fator pertinente e mais consistente com a escolha de manuais, o que implicaria realizar a tarefa de escolha de um manual noutra altura do ano e, assim, não prejudicasse

o percurso educativo normal. Desta forma, talvez se evitassem erros que perdurarão durante a vigência de seis anos de um manual.

De seguida estão registados os comentários de alguns colegas aquando do preenchimento dos questionários e que surge em confluência do que foi exposto:

“(…) a grande variedade de manuais dificulta a escolha e somos muito pressionados pelas editoras que nos tentam “comprar” com as ofertas que nos fazem (…)”. *Coimbra*

“(…) os manuais são muito dispendiosos o que dificulta também a sua escolha. Temos de pesar nas famílias que não têm possibilidades económicas e isso pesa e por vezes não escolhemos o melhor porque é muito caro (…)”. *Coimbra*

“(…) A vigência dos manuais escolares é demasiado longa (...)” *Soure*

“(…) Gostava de poder experimentar primeiro os manuais e só depois fazer uma escolha (...)”. *Penela*

“(…) Às vezes somos pressionados a escolher um determinado manual porque os outros dizem que é melhor assim e nem sempre concordo (...)”. *Condeixa*

Estes registos indicam os comentários que demonstram a sua opinião sobre a vigência demasiado longa de um manual, durante seis anos, a impossibilidade de experimentar melhor um manual, o fator tempo e espaço prejudicial a uma reflexiva escolha e o facto de trabalharem com um que não escolheram.

O facto de as escolas estarem sujeitas a adotar o mesmo manual para todas as turmas do mesmo ano de escolaridade, dentro do mesmo

concelho, poderá ser entendido como uniformizador numa conduta de programa, mas cria uma restrição em analogia às diferentes opções metodológicas dos docentes. O que vem validar a ideia de que um manual poderá não corresponder ao desejo do professor.

Mesmo assim, os professores idealizam o que será um bom manual. Este poderá não corresponder às ofertas do mercado livreiro, mas é encarado como um material didático auxiliar que vem ajudar, apoiar e simplificar o trabalho quotidiano numa sala de aula. Deverá ser bem estruturado, tendo como prioridade a correção científico-pedagógica e estar recetivo a novas pistas de trabalho, perspetivar exemplos de novas fichas de trabalho integrantes e transversais ao currículo, promover a interdisciplinaridade, apresentar novas fontes de conhecimento e oferecer o recurso às novas tecnologias. A comunicação deverá ser clara, precisa e adequada ao nível etário do grupo e ser o transmissor das orientações oficiais dos programas educativos e adaptado aos objetivos das metas, ao nível de conhecimento.

A adequação ao contexto sociocultural da escola é também uma das preferências dos auscultados, assim como a apresentação de atividades que desenvolvam atitudes e valores.

Como fator de constrangimento, surge a utilização do mesmo manual para todas as crianças, não se perspetivando nenhuma diferenciação nem no contexto geográfico nem na diferenciação das estratégias pedagógicas no trabalho com alunos de diferentes proveniências, ou dificuldades de aprendizagem. O manual não perspetiva a inclusão ou a diferença no grupo-turma. Além disso, quando é considerado insuficiente, a maioria dos inquiridos aproveita outro manual e utiliza fotocópias de forma a colmatar as deficiências detetadas. É ainda salientado a pouca clareza do discurso e a pouca acessibilidade e

coerência para o nível etário. Daqui resulta um manual por vezes estático, de cariz tradicional e cujas metodologias não proporcionam atividades promotoras de evolução e desenvolvimento sensorial e cognitivo. Esta problemática é evidenciada pelos docentes quando a mensagem verbal não é compreendida pelos alunos aquando da exposição de determinados conteúdos fora do contexto cultural do aluno. Temos presente um impedimento de nível contexto comunicacional tantas vezes protelado pelos docentes.

De consenso geral temos a maioria dos professores a optar por um manual que seja idêntico ao nível do concelho assegurando que haveria maior uniformização e uma certa unidade no sistema escolar.

Ao nível da criatividade, da imaginação e da investigação é unanime e quase inquestionável a sua promoção no manual. No entanto, estes aspetos são constatados pelos professores como propostas extra manual e que se encontram além da aprendizagem e do ensino de alguns conteúdos. Facto de alguma forma contraditório, considerando o aspeto educativo nos alunos. Não se deve separar o aspeto formativo do informativo, pois levará à falha da escola em termos de integração à realidade dos mercados de trabalho e ao quotidiano da sociedade.

O reconhecimento da interdisciplinaridade e a transversalidade do currículo é vista pelos professores como nem sempre concretizável nos manuais, o que leva a questionar até que ponto o manual se compromete com as orientações oficiais curriculares.

O desejo de todos os professores é que o manual seja portador de textos selecionados e de propostas de trabalho. Também surgem respostas que este deverá contemplar de modo a proporcionar outras estratégias, como sendo o gosto pela descoberta e investigação.

Apesar de ser portador de diferenciadas estratégias, estas não são consideradas suficientes e abrangentes para todos os alunos. Na abordagem dos vários tipos de texto e no trabalho da escrita, os manuais são considerados razoáveis. Os professores trabalham os textos geralmente em grande grupo e utilizando a explicação aquando da leitura oral; gostariam que houvesse em maior quantidade textos tradicionais e dramáticos que seriam potenciadores para o desenvolvimento harmonioso dos alunos enquanto ser social. A pouca utilização de textos não literários poderá levar à condição da pouca compreensão leitora que os alunos apresentam, devido ao afastamento do estudo da língua que os alunos vivem no seu quotidiano, conforme resultados de PISA, referidos anteriormente. Dever-se-á refletir nesta atitude, pois poderá estar na base de pouco investimento neste tipo de trabalho com os alunos.

A leitura e análise de diferentes textos a pares ou em pequeno grupo propicia uma pedagogia pouco ativa e condutora de alunos pouco autónomos, visto que não potencia a expressividade oral.

A preferência por textos narrativos infere a utilização de manuais mais tradicionais que ainda não contemplam o estudo e análise de outros tipos de texto. O referente está presente e o contexto é facilmente apreendido, pelo que não propicia a abertura a novas descobertas e ao desenvolvimento em termos pragmáticos da comunicação e da expressão oral. Este tipo de texto é auxiliador das abordagens diretas e do estudo e utilização da gramática.

O género lírico, pouco escolhido, induz um discurso polifacetado, mais dinâmico e criativo e orientador, para os utilizadores, de um tratamento mais subjetivo e privado. Talvez, por este motivo, a sua pouca incidência neste nível de ensino.

A linguagem escrita continua com o seu protagonismo. Os testes escritos prevalecem como instrumentos de avaliação. Portanto, assegurar a escrita utilitária é uma das prioridades deste nível de ensino. Neste âmbito, os professores afirmam que o manual assegura razoavelmente este processo de aprendizagem. Sendo esta valência a linguagem do poder e da promoção social há que implementar novas estratégias na sua aquisição e promover o domínio dessas capacidades. A comprovar que os manuais não asseguram eficazmente esta aptidão é salientado que os exercícios propostos não favorecem a aquisição de técnicas e modelos de escrita. Explora-se essencialmente a gramática da escrita e não a gramática textual, esta mais difícil de concretizar, visto que insere o normativo da escrita e não se adapta ao quotidiano e ao imprevisto diário que surge em contexto escolar. Este só poderá ser colmatado com a intervenção e a atenção oportuna do professor.

Sobre as estratégias utilizadas pelo professor em contexto de sala de aula e neste nível de ensino é utilizado com frequência o trabalho individual, a pares ou em pequeno grupo. Este tipo de trabalho induz pouca atividade, visto que os alunos pouco recorrem a outras fontes de conhecimento ou investigação. Só quando a estratégia contempla efetivamente um trabalho de pesquisa é que se pode perscrutar mais ação no processo de aprendizagem.

O trabalho realizado em casa remete para complemento e surge numa perspetiva tradicionalista do ensino, pouco dinâmico e livresco.

Em súmula, os docentes preconizam “um bom manual” quando este contempla todos os aspetos supracitados. O manual deve ser estruturador, deverá contribuir para a organização do processo de ensino-aprendizagem, deve proporcionar qualidade científica e pedagógica, a quantidade de estratégias globalizadoras e integrantes proporcionando a

transversalidade do currículo e promovendo o essencial e a diversidade de estudo de contextos. Deve conter uma grande variedade de textos. Deve ser integrante na realidade geográfica cultural não só da turma como ao nível do concelho e ser portador de conhecimento e transmissor fidedigno das orientações pedagógicas, metodológicas e cognitivas dos programas e metas curriculares oficiais.

**MODELO DE ANÁLISE DA DGIDC PARA ADOÇÃO
DE MANUAIS E PROPOSTA DE MELHORIA**

MODELO DE ANÁLISE DA DGIDC PARA ADOÇÃO DE MANUAIS E PROPOSTA DE MELHORIA

1. Apresentação do modelo de análise proposto pela DGIDC para adoção de manuais

A análise de apreciação dos manuais escolares deve ser realizada de acordo com os critérios de apreciação constantes nos Anexos 1a) e 1b), disponibilizados na aplicação “Adoção Online”.

Apresenta-se o modelo de seguida:

“Análise de manuais escolares

Disciplina:

Título do Manual:

Editor:

ISBN:

Critérios de Apreciação/planos de análise					Apreciação global
Organização e método	I	S	B	MB	
1-Apresenta uma organização coerente e funcional, estruturada na perspetiva do aluno					
2-Desenvolve uma metodologia facilitadora e enriquecedora das aprendizagens					
3-Estimula a autonomia e a criatividade					
4-Motiva para o saber e estimula o recurso a outras fontes de conhecimento e a outros materiais didáticos					
5-Permite percursos pedagógicos diversificados					
6-Contempla sugestões de experiências de aprendizagem diversificadas, nomeadamente de atividades de carácter prático/experimental					
7-Propõe atividades adequadas ao					

desenvolvimento de projetos interdisciplinares					
Informação	I	S	B	MB	
1-Adequa-se ao desenvolvimento das competências definidas no Currículo do respetivo ano e/ou nível de escolaridade					
2-Responde aos objetivos e conteúdos do programa/orientações curriculares					
3-Fornece a informação correta, atualizada, relevante e adequada aos alunos a que se destina					
4-Explicita as aprendizagens essenciais					
5-Promove a educação para a cidadania					
6-Não apresenta discriminações relativas a sexos, etnias, religiões, deficiências...					
Comunicação	I	S	B	MB	
1-A conceção e organização gráfica do manual facilitam a sua utilização e motivam o aluno para a aprendizagem					
2-Os textos são claros, rigorosos e adequados ao nível de ensino e à diversidade dos alunos a que se destinam					
3-Os diferentes tipos de ilustrações são corretos, pertinentes e relacionam-se adequadamente com o texto					
Características materiais	I	S	B	MB	
1-Apresenta robustez suficiente para resistir à normal utilização					
2-O formato, as dimensões e o peso do manual (ou de cada um dos seus volumes) são adequados ao nível etário do aluno					
3-Permite a reutilização					

(sic)".

Fonte: www.dge.mec.pt (acesso em 9 de junho de 2013)

2. Proposta de melhoramento para análise de manuais

Cabe ao professor modificar a grelha, adicionando ou suprimindo itens, de acordo com as suas necessidades específicas.

Segundo Grant (1988), a avaliação de um livro didático deveria ocorrer ao longo de três fases: “(...) apreciação inicial, a investigação detalhada e a avaliação em uso (...)”.

Com uma apreciação inicial consegue-se, de entre uma variedade de livros à escolha do professor, filtrar os materiais que não acatam aos critérios de qualidade determinados pelo professor. Neville Grant (1988) aconselha-nos a resistir aos apelos visuais e estéticos do livro que são inicialmente os mais fortes e ir adiante numa avaliação detalhada dos conteúdos e dos procedimentos sugeridos.

Na avaliação detalhada do manual, Grant afirma que o ideal seria a realização de formação específica nesta área. Outra solução seria a de orientação a partir de uma *checklist* ou de um questionário objetivo que considerasse os aspetos importantes a ter em conta num manual didático e que fosse respondido durante a análise de alguns manuais selecionados.

Um outro momento de avaliação decorre durante o período em que o manual está a ser utilizado. É na sua utilização, em contexto de sala de aula e no diálogo com os alunos que se estabelece a relação do manual entre ambos e que ele revela as suas características ou lacunas e a necessidade da mediação do professor.

Perante o que foi exposto, não se pode deixar de referir que a seleção de um manual escolar tem o poder de influenciar a formação académica, profissional e pessoal dos alunos, e por este motivo, este procedimento não deveria ser isolado, conforme sucede inúmeras vezes e em concordância com a análise das respostas do inquérito. Sucintamente, uma boa análise deve ser apoiada e corresponder a conhecimentos nas áreas da psicologia do desenvolvimento e da didática e do domínio científico específico, o que dificilmente é abrangido por todos os docentes. Verifica-se, então, que os professores utilizam o manual sem autonomia intelectual e sem espírito crítico, adquirindo uma opinião moldada pelo material que utilizam, posturas que contrariam o próprio objetivo do processo educativo.

Daqui se infere que, só a partir do diálogo e da partilha de conhecimentos, experiências e opiniões se poderá melhorar o processo de escolha de um manual didático adequado ao nível etário e ao contexto social dos alunos.

De destacar que o papel do professor não é só avaliar e seleccionar os manuais que utilizará nas suas aulas mas, também, o de refletir e o tomar de decisões sobre como utilizá-los com criatividade e flexibilidade com o objetivo de atender às necessidades e realidades dos alunos. Tomando o professor como fio condutor na sala de aula, no planeamento das atividades que os alunos concretizam ao longo da sua formação, necessita que possua condições efetivas nos recursos que dispõe para que possa oferecer estímulo e motivação para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos seus alunos.

O aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem passa por um empenho na qualificação e revisão constante dos professores, que, como impulsionadores e coautores do processo educativo, irão examinar, seleccionar e utilizar os manuais em sala de aula, não como uma fonte única e absoluta de verdades, mas como mais uma ferramenta pedagógica.

Como refere Barbara Freitag (2003), “É importante que o professor tenha consciência da responsabilidade que lhe cabe hoje, ao exercer seu poder de decisão sobre o destino dos livros didáticos, suas editoras e seus autores (...)”

Como reprodutores dos conteúdos inscritos nos manuais, o docente deve adequar as condições ao estabelecer uma relação de cooperação e intercâmbio de ideias com autores e editoras, no sentido de constantemente aprimorar os materiais que são disponibilizados. Cabe ao professor monitorizar, a médio e longo prazo, a qualidade da produção de

materiais didáticos que serão utilizados pelos discentes na sua formação educacional.

3. Apresentação de uma proposta com base nos dados recolhidos

Partindo da conceção da grelha de análise de manuais escolares facultada pelo Ministério de Educação, ambicionou-se sugerir uma grelha com características específicas para a análise de manuais de Português, devido às suas especificidades e sugerir algumas propostas de melhoramento com o intuito de orientar e facilitar o processo de escolha de manuais escolares e de acordo com os novos programas e metas curriculares.

Com esta finalidade pretendeu-se ajudar a avaliar o potencial de desenvolvimento das competências de aprendizagem dos alunos, componente central da sua autonomia, definida como capacidade de gerir a própria aprendizagem, permitindo inferir o potencial emancipatório do manual na vertente processual da aprendizagem.

Ao aprender uma língua, neste caso a língua portuguesa, há que considerar a proficiência da aprendizagem como objeto de ensino e a competência do professor e dos materiais didáticos, a função de ajudar os alunos a ponderar os fatores que afetam o aprendizado e a descobrir estratégias que melhor os servem, no sentido de tornar os alunos mais eficazes e de assumirem responsabilidades pela sua aprendizagem.

Para o enfoque desta aprendizagem há que adquirir um saber metacognitivo (referente ao conhecimento, às estratégias e tarefas de aprendizagem), de estratégias de aprendizagem (sobretudo as de natureza

metacognitiva, relativas a processos de planificação, regulação e avaliação da aprendizagem) e ainda de atitudes de iniciativa e de responsabilização pelo processo de aprender, conforme explicita Anita Wenden (1991).

Nos manuais didáticos devem estar contemplados seis parâmetros que serviriam de base para a análise das atividades didáticas:

1. Enfoque processual – o modo de aprender refere-se, de uma forma generalizada, aos estilos da aprendizagem, os quais numa pedagogia para a autonomia, se tornam objeto dessa mesma aprendizagem e portanto, visíveis no discurso pedagógico, oral ou escrito;

2. Explicitação – para se desenvolverem as competências de aprendizagem tem de existir transparência nas atividades propostas. O aluno tem de compreender o que faz, como faz e por que faz, para além de fazer. *Reforça-se a*“(…) um nível instrucional explícito, a par de um saber operativo, um saber relativo a princípios da aprendizagem”, (procedural/principled Knowledge”, Chouliaraki, 1997), fomentando-se o conhecimento crítico dos alunos perante os estilos de aprendizagem da língua em contexto escolar.

3. Integração – a inclusão de elementos linguísticos e processuais da aprendizagem da língua são condições de simplificação no desenvolvimento da autonomia no aluno (articular a prática da leitura com uma reflexão sobre o que significa ler).

4. Auto direção – pretende-se que a partir da autonomia do aluno ou o grau de exercício dessa autonomia, o aluno consiga fazer a gestão das capacidades metodológicas, situacionais ou

técnicas e exerce a capacidade operatória de direção da aprendizagem – implica que o aluno saiba identificar e assuma o controlo das seguintes componentes: os objetivos, conteúdos, estratégias de avaliação (de produtos e processos), tempo e espaço, recursos e interações).

5. Monitoração/autoavaliação – a capacidade metacognitiva de regulação da aprendizagem (auto avaliação), compromete o reconhecimento de critérios e a sua confrontação com desempenhos, estimulando uma abordagem exploratória face a ambos e a adoção de uma estratégia de aprendizagem em profundidade.

6. Materiais de consulta – Uma pedagogia para a autonomia exige a mobilização de recursos variados de aprendizagem, entre os quais o dicionário, as gramáticas, as enciclopédias, a internet, os meios informáticos, como CD-ROMs interativos e plataformas digitais. Uma aproximação do aluno ao saber inclui o acesso a diversas fontes do saber, em permuta de uma subordinação quase exclusiva face ao professor.

Acerca do primeiro item tenta-se responder à questão: *Em que aspetos do processo de aprendizagem da língua incidem as atividades propostas?*

No segundo parâmetro procura-se responder à questão: *em que medida e de que forma se encontra explicitado, no texto das atividades propostas, o seu enfoque processual?*

No terceiro item, tenta-se responder à questão: *em que medida e de que forma se encontra o enfoque processual articulado com um enfoque linguístico?*

Com o quarto parâmetro responde-se à questão: *Em que medida e de que forma permitem as atividades propostas que o aluno tome iniciativas ou decisões?*

Com o quinto item questiona-se se: *Em que medida e de que forma permitem as atividades propostas que o aluno faça a regulação da sua aprendizagem?*

Finalmente, com o último parâmetro, pretende-se responder à questão: *Em que medida e de que forma promovem as atividades propostas o recurso a materiais de consulta?*

Em jeito de resumo e para melhor explicitação, numa análise de um manual deve-se considerar os seguintes enfoques processuais:

1. Processo de escrita
2. Estratégias de estudo/(auto) correção (uso de recursos)
3. Estratégias de pesquisa
4. Gestão da tarefa – no âmbito de atividades de compreensão e/ou produção oral
5. Produção de materiais didáticos
6. Avaliação da aprendizagem

Os parâmetros determinados para uma proposta de alteração de grelha de análise de manuais para a disciplina de Português, induz, conforme as novas orientações nas metas curriculares, uma pedagogia para a autonomia. Perante estas sugestões impõe-se questionar se o manual é emancipador e se desempenha potencial enquanto instrumento aferidor da aprendizagem.

Para tal, apresentaram-se seis parâmetros que serviram de respostas às seis questões levantadas e que se encontram diretamente relacionadas

com a promoção efetiva da língua portuguesa num manual didático. Importa determinar o enfoque processual e inferir em que medida e de que forma é que este explicita e articula esse objetivo com um enfoque linguístico. Desta forma poderemos articular a tomada de iniciativas ou decisões, assim como a regulação da aprendizagem a partir do recurso aos materiais de consulta.

Um estudo deste tipo, para além de possibilitar um aprofundamento do conhecimento das funções do manual e de facilitar uma postura crítica perante o seu potencial explícito de desenvolvimento da competência de aprendizagem dos alunos, permite igualmente, pela identificação de áreas deficitárias, delinear planos de intervenção para além do manual, compreendendo a seleção ou a elaboração de outros materiais que difundem, complementem ou, se necessário, contrariem as orientações nele propostas. É particularmente neste aspeto que o professor poderá ajustar o manual que utiliza, e não apenas ser dele proprietário ou, pior ainda, ser por ele apropriado.

A apresentação desta sugestão é sempre arrojada e presumivelmente de impacto reduzido. Por isso deverá ser encarada como um instrumento possível, tal como os outros, e sujeita a observação.

A sua validação será, por isso, local e contextualmente determinada.

De ressaltar que, apesar de parecer demasiado extensa, pretende-se com esta atitude dar a conhecer em pormenor quais os conteúdos que deverão ser considerados aquando da escolha dos manuais. Este aparte resulta da constatação verificada nas reuniões de docentes, em que a maioria dos professores não sabe identificar nem inferir o que deve analisar nos manuais. Estando especificado ao pormenor, o professor sentir-se-á melhor orientado na escolha do manual e na opção a realizar.

**Proposta de novo modelo de orientação para
análise e escolha do manual de Português**

CrITÉRIOS de Apreciação/planos de análise					Apreciação global
Organização e método	I	S	B	MB	
1-Apresenta uma organização coerente e funcional, estruturada na perspetiva do aluno					
2- Permite a recontextualização de enunciados originais com finalidades pré- definidas e uma organização pedagógica (inclui secções independentes de listas lexicais, explicações gramaticais, transcrições de textos orais, soluções dos exercícios e textos de leitura opcional					
3- Apresenta os objetivos a que se propõe desenvolver no aluno					
4- O aluno tem a possibilidade de integrar as suas visões particulares sobre a aprendizagem (condição essencial ao desenvolvimento da sua consciência metaprocessual e da sua estratégica)					
5- O enfoque processual apresenta vários graus de explicitação - instrução direta de realização - explicitação específica (implica pressupostos, finalidades, utilidades e aplicabilidade da atividade)					

- explicitação de grau elevado (textos demasiado longos e condicionadores da aprendizagem e, por vezes redundantes face a aquisições anteriores)					
6- Preconiza um enfoque explícito no processo de aprender e um envolvimento do aluno na gestão (interrogação, compreensão, planificação, regulação, avaliação...)					
7- Os critérios de avaliação estão em consonância com os critérios de adequação ao programa					
8-Desenvolve uma metodologia facilitadora e enriquecedora das aprendizagens					
9-Estimula a autonomia e a criatividade					
10-Motiva para o saber e estimula o recurso a outras fontes de conhecimento e a outros materiais didáticos					
11-Permite percursos pedagógicos diversificados					
12- Existe rigor científico					
13- Existe rigor pedagógico					
14- Existe rigor em relação ao conteúdo					
15- Existem critérios relacionados com os aspetos socioculturais					
16- Contém estratégias que possibilitem uma mudança conceptual					
17- Considera o manual como “aberto” que possibilite um papel dinâmico e interventivo auxiliando os alunos					
18-Contempla sugestões de experiências de aprendizagem diversificadas, nomeadamente de atividades de carácter pratico/experimental					

19-Propõe atividades adequadas ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares					
20- Contribui para a transversalidade da língua portuguesa					
21- Contém outras fontes de informação (CD-ROMs interativos ou acesso a plataforma digital)					
22- O manual permite a interação da família no processo ensino aprendizagem					
Informação	I	S	B	MB	
1- Adequa-se ao desenvolvimento das competências definidas no Currículo do respetivo ano e/ou nível de escolaridade					
2- Responde aos objetivos e conteúdos do programa/orientações curriculares					
3- Fornece a informação correta, atualizada, relevante e adequada aos alunos a que se destina					
4- Consegue avaliar a legibilidade dos textos dos manuais escolares (o leitor recebe a mensagem do autor)					
5- Inclui ilustrações (fotografias, desenhos, gravuras, esquemas...) que aumentem a legibilidade dos textos - componente científica textual e icónica					
6-Explicita as aprendizagens essenciais					
7-Promove a educação para a cidadania					

8-Não apresenta discriminações relativas a género, etnias, religiões, deficiências...					
9- Desenvolve aspetos programáticos como por exemplo, as atitudes e valores, na educação para a cidadania					
Comunicação	I	S	B	MB	
1-A conceção e organização gráfica do manual facilitam a sua utilização e motivam o aluno para a aprendizagem					
2- O manual considera as ideias prévias dos alunos					
3- O manual apresenta um questionário de consciencialização dos alunos sobre a importância de assumir responsabilidades e tomar iniciativas no processo de aprendizagem					
4- O manual contém propostas de natureza aberta (aos níveis linguístico, temático e organizacional), adaptáveis a diferentes orientações pessoais e ritmos de aprendizagem					
5- O manual proporciona atividades de concetualização e exercício das mesmas (desenvolve capacidades de observação, julgamento e análise crítica, correção, compreensão e resolução de problemas)					
6-Os textos são claros, rigorosos e adequados ao nível de ensino e à diversidade dos alunos a que se destinam					
7- O manual apresenta textos literários de qualidade					
8- O manual apresenta textos não literários					

9- O manual apresenta textos dramáticos					
10- O manual apresenta textos tradicionais					
11- O manual apresenta textos líricos					
12- O manual apresenta bibliografias					
13- O manual contextualiza a aplicação da gramática					
14- Os diferentes tipos de ilustrações são corretos, pertinentes e relacionam-se adequadamente com o texto					
Características materiais	I	S	B	MB	
1- Apresenta robustez suficiente para resistir à normal utilização					
2- O formato, as dimensões e o peso do manual (ou de cada um dos seus volumes) são adequados ao nível etário do aluno					
3- Permite a reutilização					
4- Promove a multiculturalidade					
5- Considera um manual acessível em termos de orçamento familiar					

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Este trabalho ambicionou refletir sobre o modo como os professores selecionam os manuais didáticos, a forma como os utilizam no processo ensino e aprendizagem, diariamente e em contexto escolar.

O processo de escolha de manuais contraria a atitude perante um novo desafio colocado aos docentes pelas necessidades da sociedade atual que exige deste processo educacional a formação de pessoas autónomas, flexíveis e criativas.

A complexidade da sociedade em que vivemos hoje, num mundo globalizado e interligado, em que o acesso à informação, a quantidade de informações disponíveis e a rapidez com que os factos evoluem parecem ser ilimitados. Isto impõe à educação e, por conseguinte, ao professor a desafiadora missão de proporcionar aos estudantes condições para que se preparem para os contextos em que vão atuar e para que essa atitude seja participativa e responsável.

A ausência de formação específica (a maioria dos professores nunca participou em qualquer formação sobre como avaliar os livros didáticos), de tempo útil e essencial para operacionalizar um processo de recontextualização pedagógica ao optar por um manual e tendo como fundamento este preciso contexto, acaba por pressionar os professores na busca de novos caminhos para o seu trabalho. Neste procedimento, a seleção e a utilização do manual inadequado pode dificultar ou inviabilizar um trabalho de qualidade na sala de aula. Ou, num caso extremo, pode asfixiar os alunos na sua criatividade, autoexpressão e consciência crítica, na medida em que não permite o desenvolvimento de

competências orais e escritas que se repercutirão numa futura autonomia e no próprio desenvolvimento literário do aluno.

É importante salientar que, por mais elevada que seja a qualidade de um manual escolar, este jamais será totalmente compatível com os objetivos, as exigências e os interesses de um grupo de professores ou estudantes. Os manuais são planeados e produzidos por professores para professores e alunos idealizados, e não para pessoas reais, pertencentes a um local/ espaço geográfico ou a uma época específica. Por este facto, continua a ser o professor a fazer a ligação ou a ponte entre os conteúdos e metodologias e a realidade da sua turma.

A reforçar esta situação temos a análise aos resultados do inquérito que indiciam que a grande maioria dos professores não escolhe o manual com que vai trabalhar e, geralmente, a reflexão perante a sua preferência é pouco aprofundada. Sem qualquer preparação para esta demanda, os professores contam apenas com o seu bom senso e com os esforços de vendas das empresas que publicam os livros. Perante esta realidade, fica claro que da iniciativa do Ministério de Educação deixar a cargo do professor a missão de escolher os manuais é uma forma de não assumir responsabilidades, e este facto verifica-se na diminuta explicitação dos documentos curriculares, sobretudo com as *Orientações Curriculares*. O texto que valorizam não é explicitado, permitindo um maior controlo aos autores dos manuais escolares e professores na abordagem do domínio metacientífico e no estabelecimento de relações intradisciplinares. Perante esta desorganização, considera-se imprescindível, nos manuais escolares e no currículo, critérios de avaliação explícitos essencialmente ao nível dos conhecimentos e competências a serem desenvolvidos e da articulação conceptual entre conhecimentos (intradisciplinaridade) para que os professores promovam uma aprendizagem científica eficiente.

Embora o bom senso dite que o professor é que deve estar incumbido de realizar a tarefa de escolha dos manuais, deveria o Ministério da Educação proceder a uma adequada clarificação dos critérios (por exemplo: existência de um modelo de análise de manual específico para cada área curricular e com uma adequada orientação), que deveriam nortear as escolhas dos manuais escolares, assim como transmitir indicações precisas sobre o processo de seleção do manual mais adequado à realidade em que os alunos se inserem geograficamente e, também, adequar a altura do ano em que se calendariza a escolha do manual.

Sendo o manual escolar encarado como uma ferramenta ou o material didático de excelência apesar do aparecimento das novas tecnologias didáticas assiste-se, conforme referem Gérard & Roegiers, (1998: 15) a “(...) uma época em que se assiste a uma verdadeira explosão de suportes de ensino, informatizados, audiovisuais ou outros, o manual escolar continua a ser, de longe, o suporte de aprendizagem mais difundido, o mais eficaz (...)”. O manual escolar coopera, assim, para a transmissão de conhecimentos, arrogando um papel marcante na aprendizagem de conteúdos e métodos assim como de hábitos de trabalho e de vida. É utilizado para consolidar e avaliar aquisições de conhecimentos dos alunos, através de exercícios e de aplicações, assim como de as relacionar entre si.

Tormenta (1996: 9) expõe que a forma de utilização do manual está “(...) de sobremaneira, dependente das suas características e também das escolhas pedagógicas do professor. Contudo, o manual é muitas vezes, a única bibliografia que o professor conhece, em termos científicos e em termos pedagógicos (...)”.

Perante esta veracidade impõem-se as questões. Qual é o manual escolar ideal? O que distingue um bom manual de um mau manual?

Gérard & Roegiers (1998: 113) admitem que “(...) A diversidade dos manuais escolares é tal que é impossível propor regras universais.”

Existem imensos critérios de avaliação de manuais escolares. Demarcam-se daqueles já abordados, a compreensibilidade dos textos, o ter em conta a apreciação das ideias prévias dos alunos, incluírem estratégias que permitam a modificação conceptual e saberem antever a importância de avaliar a legibilidade dos textos dos manuais escolares. Esta poderá ser obtida com a inclusão de ilustrações, sob a forma de fotografias, desenhos, gravuras ou esquemas, tornando o manual não só mais atrativo mas, também, integrador da componente pedagógica.

Perante as questões supracitadas, e tendo por base as respostas dadas pelos inquiridos, revelou-se uma certa incoerência nos resultados, na medida em que há sobreposições e contradições. Para uns o manual deve ser composto por bastantes exercícios e textos, para outros, um mau manual favorece a preguiça do professor, pois as tarefas estão já todas elaboradas e não precisa de produzir materiais. No fundo deveremos refletir sobre o que realmente pretendemos desenvolver nos nossos alunos e qual a melhor pedagogia a empregar para estimular as competências neste século invadido de informação. Reinará o bom senso na opção mais adequada ao contexto escolar em que se encontram inseridos.

Significa isto que os critérios que determinam a escolha de um manual se excluem, na medida em que aquilo que se apresenta como positivo poderá representar o seu oposto. A inexistência de uma reflexão crítica por parte dos professores, a ausência de formação específica na área dos manuais escolares e a grande influência comercial das editoras

determinam demasiadas vezes uma escolha infundada e muitas vezes inadequada ao contexto social e escolar.

Criado, inicialmente, para conduzir a aprendizagem do aluno, o manual institui-se como mentor e guia do trabalho do professor, orientando-o no seu trabalho diário e assumindo uma postura de subordinação para o professor. O docente assume-se como demitido de uma série de funções que, à partida, seriam por ele representadas: a planificação, o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, a avaliação em função de um grupo de alunos que o manual nunca poderá considerar.

Os professores subjugam-se aos manuais, abandonando a reflexão e a iniciativa pessoal. Os manuais acabam por determinar um certo isolamento nas práticas do professor e, só quando confrontado com conteúdos deficitários no seu manual, solicita ajuda ou implementa novas fichas de trabalho ou estratégias diferenciadas coincidentes com o seu grupo turma.

A escolha dos manuais continua a ser difícil, a avaliação quase impossível e o seu uso pouco crítico.

É neste sentido e associando à análise da disciplina de Português que decorrem alguns aspetos fundamentais concetualizados nos manuais e nos programas que, depois de recontextualizados, assumem relevante significado. A importância da compreensão na leitura e a forma como é abordada nos manuais, deve permitir criar uma atmosfera propícia à leitura, expondo finalidades, objetivos a atingir e competências a desenvolver aquando da prática da leitura mas, deverá também, disponibilizar os conteúdos do currículo, materiais de leitura diversificados, assim como diferentes tipos de linguagem que lhes permitam trabalhar e desenvolver capacidades de fazer inferências. O

recurso à articulação de conhecimentos prévios, possibilita a variação de experiências nos alunos.

Só desta forma os manuais permitirão colmatar os constrangimentos dos alunos ao nível da leitura, particularmente no que se refere à extração de informação e posterior recuperação da mesma.

Assim, é necessário que os manuais de Português ajudem a alterar as práticas pedagógicas, tornando-as mais intencionais, coerentes e proficientes.

Ao professor é pedido que seja capaz de promover práticas reformadoras, motivadoras, conduzindo e implementando o que a investigação no domínio da Educação em Línguas vai divulgando. Aos manuais escolares é exigido que se tornem num instrumento ao serviço dessas práticas.

É por isto tudo que:

1. o manual ocupa um lugar central nas aulas de português;
2. na maioria das situações o manual desempenha as funções de programa da disciplina;
3. o manual condiciona as práticas letivas ao definir conteúdos e formas de apropriação;
4. a pluralidade de manuais poderá significar diversidade nas práticas pedagógicas e nas aprendizagens, quando utilizados para colmatar aspetos deficitários encontrados nos manuais adotados.

Perante o que foi referido, na conceção de um manual escolar deve-se ter particular atenção à linguagem, à conceção teórica do manual, à interdisciplinaridade, autonomia e criatividade, à conceção crítica da

cidadania, à discriminação e, ainda, aos conteúdos, às atividades, aos recursos didáticos e à avaliação. De igual modo, deve-se estar atento ao modelo pedagógico didático que o manual veicula.

Com alguns séculos de história, este objeto didático continua a manter nas escolas e em todas as relações um estatuto de suprema importância, de quase indispensabilidade, pelas suas funções e papéis desempenhados e, acima de tudo, pelo seu conteúdo, pelo seu carácter referencial, quer para alunos quer para professores e, de forma indireta, para pais e encarregados de educação.

Sujeita a pressões, análises, avaliações, reformas, propostas de inovação e melhoria, a escola tem vindo a transformar as pessoas que nelas participam, os instrumentos que usam, os conhecimentos que detêm e as posições que nela ocupam.

Deste modo, há todo um trabalho a fazer para adequar o manual de Português às suas funções e às exigências de uma sociedade pós-moderna, onde o indivíduo é avaliado pela sua capacidade de compreender o que o rodeia e agir criticamente em função dela.

Desta reflexão poderemos concluir que, além do manual constituir o principal determinante do trabalho desenvolvido na sala de aula, é imprescindível que o professor se sinta apoiado com critérios oficiais coerentes e orientações efetivas para uma boa escolha de forma a tornar eficiente o domínio de competências nos seus alunos.

Preconizando uma atitude de simplificação e auxílio na escolha de manuais, sugere-se a leitura atenta de algumas sugestões/orientações que, poderão facilitar a tarefa da escolha de um bom manual e que se encontram no anexo 3.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Benavente, Ana (1996). *A Literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Conselho Nacional de Educação.

Calado, Sílvia & Neves, Isabel Pestana. (2012). *Currículo e manuais escolares em contexto de flexibilidade curricular*. In Estudo de processos de recontextualização. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
Fonte: Revista Portuguesa de Educação, 2012, 25(1), pp. 53-93 © 2012, CIED - Universidade do Minho.

Carvalho, Maria da Graça Sarreira Pena. (2010). *O Manual como objeto de design*. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura de Universidade Técnica de Lisboa. Escola Superior de Educação de Lisboa.

Castro, Rui Vieira de (1995). *Para a análise do discurso pedagógico. Constituição e transmissão da gramática escolar*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Castro, Rui Vieira de (1999). “Já agora não se pode exterminá-los?”. Sobre a representação dos professores em manuais escolares. In Rui Vieira de Castro *et al.* (orgs.). *Manuais escolares, estatuto, funções, história. Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares (pp.189-196)*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Chopin, Alain (1992). *Les Manuels scolaires: Histoire et Actualité*. Paris: Hachette Education.

Custódio, Pedro Balaus (2009). “Análise e produção de materiais didáticos de português no ensino básico: alguns princípios orientadores”. Revista exedra n.º 2.

Dias de Carvalho, Adalberto & Fadigas, Nuno (2007). *O Manual Escolar no século XXI. In Estudo comparado da realidade portuguesa no contexto de alguns países europeus*. Observatório dos Recursos Educativos (ORE).

Fonte: www.observatorio.org.pt (acesso em 22 de setembro de 2012)

DGE – *Implementação do programa de Português do Ensino Básico* (2011-2012).

Fonte: www.dgidc.min-edu.pt (acesso em 23 de julho de 2012)

DEG – *Metas Curriculares do Ensino Básico homologadas* (2011).

Fonte: www.dge.mec.pt (acesso em 23 de julho de 2012)

Freitag, Bárbara (2003). *Múltiplos olhares*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003(pp 73-86).

Gerard, François- Marie & Roegiers, Xavier (1998). *Conceber e avaliar manuais escolares*. Porto: Porto Editora.

Magalhães, Justino (1999). *Um apontamento para a história do manual escolar – entre a produção e a representação*. In Rui Vieira de Castro et al. (orgs.). *Manuais escolares, estatuto, funções, história*. Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares (pp.285). Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Martins, Maria da Esperança de Oliveira & Sá, Cristina Manuela Branco Fernandes (2010). *O Manual escolar de Língua Portuguesa e o seu papel na promoção da leitura e da literacia*. Artigo publicado na revista Exedra em março. Universidade de Aveiro.

Ministério da Educação e Ciência/direção Geral da Educação (DGE): *base de dados de Manuais Escolares*

Fonte: www.dge.mec.pt (acesso em 9 de junho de 2013)

Ministério de Educação, (1998-2009). *Programas de Português do Ensino Básico*. Lisboa: M.E.

Fonte: www.dgidec.min-edu.pt (acesso em 15 de julho de 2013)

Morais, Ana Maria & Pestana Neves, Isabel (2006). *Textos e contextos educativos que promovem aprendizagem – optimização de um modelo de prática pedagógica*. In Revista de Educação (2009), N.º 22. (pp. 5- 28). Universidade do Minho.

Oliveira Pinto, Mariana (). *Estatuto e funções do manual escolar de Língua Portuguesa*. In Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653). Escola Superior de Educação de Viseu.

Pacheco, José Augusto (2001). *Processos e práticas de educação e formação. Para uma análise da realidade portuguesa em contextos de globalização*. In Revista de Educação (2009), N.º 22. (pp. 105- 143). Universidade do Minho.

Poemas de Rubem Alves –Pensador

Fonte: www.pensador.uol.com.br (acesso a 19 de setembro de 2013)

Reflexão sobre a *Utilização de Manuais Didáticos* - Grant, Neville. Making the most of your textbook. London/New York: Longman, 1988.

Fonte: pt.scribd.com/.../Reflexões-sobre-a-Seleção-e-a-Utilização-de-Manuais (acesso em 7 de dezembro de 2012)

Relatório da EU sobre Literacia na Europa

Fonte: Europa-Press Releases

Europa.eu/rapid/press-release_IP-12-940_pt.htm (acesso em 10 de outubro de 2012)

Sá, Cristina Manuela (2004). *Leitura e compreensão escrita no 1.º Ciclo do ensino básico: algumas sugestões didáticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Silva, José Luis (2000). *A construção do conhecimento em manuais escolares de Ciência*. Universidade do Minho.

Fonte: Repositorium.sdum.uminho.pt (acesso em 20 de agosto de 2013)

Sim-Sim, Inês (2007). *O ensino da leitura: a compreensão de textos*. Lisboa: ME-DGIDC.

Tavares, Maria de Sousa (1989). *A transmissão escolar dos valores literários*. Os textos consagrados. In Maria de Fátima Sequeira et al. (orgs.). *O Ensino-Aprendizagem do Português. Teoria e prática*. Braga: Universidade do Minho.

Tormenta, J.R. (1999). *Os professores e os manuais escolares – Um estudo centrado no uso dos manuais de Língua Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Ciências de Educação. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Valadares, Lília Maria (2003). *Transversalidade da língua portuguesa*. Rio Tinto, Edições Asa.

Salzano, Josefa Tapia (2004). *Análise de um livro didático em língua portuguesa. In Integração*. Ano X, N.º 42 (pp. 285-293).

Vidigal, Luis (1994). *Leitura e manuais escolares em Portugal na 1.ª metade do século XX. Intercompreensão* (pp. 69). Santarém: Escola Superior de Educação.

Vieira, Flávia & Marques, Isabel & Moreira, Maria Alfredo (1999). *Para o desenvolvimento da autonomia com o manual escolar. In Actas do I Encontro Internacional sobre manuais Escolares*. Universidade do Minho.

Wenden, Anita (1991). *Learner strategies for learner autonomy*. New York: Prentice Hall International

Fonte: *Para o desenvolvimento da autonomia com o manual escolar* repositorem.sdm.uminho.pt (acesso em 5 de setembro de 2013)

ANEXOS

ANEXO I

Questionário – Análise sobre manuais escolares no 1.º Ciclo do EB

Análise sobre manuais escolares no 1º Ciclo do Ensino Básico

Com o presente inquérito pretende-se analisar a importância dos manuais escolares de Português nas práticas pedagógicas e aferir as dificuldades que os professores sentem na sua escolha, assim como perceber o que é realmente importante para a escolha de um manual escolar. Com a sua colaboração pretende-se futuramente contribuir para a facilitação desta tarefa. Desde já, obrigada pela sua cooperação.

Assinale com uma cruz (X) apenas a resposta mais adequada ao seu caso. Noutras situações terá que ordenar por ordem a sua preferência. Quando lhe for pedida uma opinião, agradece-se que utilize as linhas para esse efeito.

I- Identificação do Professor:

1- Situação profissional: _____ Sexo: _____ Idade: _____

2- Concelho onde leciona: _____

3- Tempo de serviço:

menos de 5 anos	De 5 a 9 anos	De 10 a 14 anos	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Mais de 30 anos

4- Habilitações académicas:

Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento

5- Nível de ensino que leciona: _____

6- Manual de Português/Editora que utiliza no presente ano letivo: _____

II – Manuais Escolares**➤ O Professor e o manual escolar**

a)- Para si o manual escolar é:

1- Imprescindível () 2- Um bom auxiliar () 3- Dispensável () 4- prejudicial ()

b)- O manual escolar é útil, principalmente:

1- na planificação das aulas () 2- no seu trabalho nas aulas ()
3- no trabalho dos alunos nas aulas () 4 – no trabalho dos alunos em casa ()

➤ A escolha do manual

a) – Desde que leciona, trabalhou com manuais escolares:

1- Sempre escolhidos por si () 2- muitas vezes escolhidos por si ()
3- Poucas vezes escolhidos por si () 4 – nunca escolhidos por si ()

b) – Para si a escolha de manuais escolares ocorre: (assinale apenas duas situações)

1- Durante uma reunião de professores ()
2- Durante um reunião de professores por grupo de ano escolar ()
3- Observa os livros na sala de professores ()
4- Leva alguns manuais para casa e escolhe o que mais lhe agrada ()
5- Outra situação (especifique) _____

c) – Na sua opinião, a principal dificuldade na escolha do manual reside:

- 1- No grande número de manuais propostos pelas editoras ()
- 2- Na falta de tempo para os professores fazerem uma boa análise ()
- 3- Na falta de definição de critérios entre os professores da escola ()
- 4- Na falta de diretrizes mais explícitas sobre como avaliar o manual ()
Por exemplo : _____
- 5- Na falta de qualidade dos manuais ()

➤ Aspetos gerais do manual

a) – A sua preferência vai para um manual

- 1- Com o máximo de informação, textos e propostas de trabalho ()
- 2- Com informação essencial, textos selecionados e algumas propostas de trabalho ()
- 3- Com uma boa seleção de textos, poucas propostas de trabalho e sem outro tipo de informação ()
- 4- Com materiais-satélite (CD-Roms interativos) para o aluno e para o professor ()

b) – Para si, os manuais escolares:

- 1- Seguem sempre somente o programa oficial ()
- 2- Seguem o programa oficial e exploram conteúdos adicionais ()
- 3- Nem sempre seguem o programa oficial, na sua totalidade ()

c)- Um bom manual deve dar prioridade: (ordene de 1 a 3)

- 1- À transmissão dos conteúdos do programa ()
- 2- À criatividade, à imaginação e ao interesse por outras fontes de conhecimento ()
- 3- Aos exercícios de aplicação, nomeadamente em trabalho de casa ()
- 4- A uma boa seleção de textos de autores reconhecidos ()
- 5- Ao estudo da gramática ()

d)- Para si, o manual deveria ser:

- 1- Único, a nível nacional ()
- 2- Único, a nível de um concelho ou zona com características afins ()
- 3- Único a nível de escola ()
- 4- Único, a nível de turma ()
- 5- Diferente para alguns alunos da turma ()
- 6- Variável de aluno para aluno ()
- 7- On line, com exercícios e propostas múltiplas que o professor pudesse escolher e adaptar consoante os alunos da turma ()

e)-Os aspetos mais importantes da informação veiculada por um manual escolar, são:

(ordene de 1 a 3 pela sua preferência)

- 1- A correção científica ()
- 2- A apresentação de fontes, perspectivas e exemplos variados ()
- 3- A adequação ao grupo etário ()
- 4- A adequação ao contexto sócio cultural da escola ()
- 5- A adequação aos objetivos/metast a nível de conhecimentos no Programa ()
- 6- A adequação aos conteúdos, objetivos/metast do Programa, a nível de atitudes e valores ()
- 7- A interdisciplinaridade ()

f)- As maiores dificuldades na relação entre um manual e o aluno, devem-se a:

(ordene de 1 a 3 o que considera mais importante)

- 1- Um má conceção do design, em termos gerais ()
- 2- Pouca qualidade das mensagens figurativas (fotografias, desenhos) e lógicas (mapas, gráficos, etc.) ()
- 3- Uma mensagem verbal pouco clara e nada adequada ao nível etário a que se destina ()
- 4- Uma má estruturação, impeditiva de uma boa apreensão da informação ()
- 5- Um aspeto demasiado denso, de forma e dimensão pouco adequados ()

III – Manuais Escolares de Português

a)- Na sua prática pedagógica utiliza o manual de português:

- 1- Sequencialmente e na sua totalidade ()
- 2- Na sua totalidade, mas utilizando uma ordem variada dos conteúdos ()
- 3- Somente para o estudo de textos literários e para as fichas de trabalho na sala de aula e em casa ()
- 4- Somente para o estudo de textos literários e para fichas de trabalho de casa ()
- 5- Só para o estudo de textos literários ()
- 6- Como apoio muito pontual ao trabalho realizado pelos alunos durante as aulas ()

b)- Utiliza o texto técnico informativo do manual (literatura, estudos literários, gramática, etc.),

quando:

(ordene de 1 a 3 as situações que mais utiliza)

- 1- Lê o texto com a turma e vai explicando as dúvidas que surjam ou as passagens que lhe pareçam de mais difícil compreensão ()
- 2- Propõe à turma uma leitura silenciosa individual e depois esclarece dúvidas ()
- 3- Propõe à turma uma leitura e análise em pequenos grupos e depois esclarece dúvidas ()
- 4- Propõe à turma uma leitura e análise em pequenos grupos de diferentes textos para serem depois postos em comum e então esclarece dúvidas ()
- 5- Manda ler os textos em casa, após ter exposto o respetivo conteúdo ()
- 6- Sugere a leitura dos textos em casa, como consolidação, após ter exposto e trabalhado os respetivos conteúdos ()

c)- No seu trabalho pedagógico, a sua preferência (e frequência) em termos de género literário vai para:

- 1- Textos narrativos ()
- 2- Textos líricos ()
- 3- Textos dramáticos ()

d)- Na sua opinião, nos manuais escolares, os textos não literários (artigos de jornais ou de revistas) e outros de quotidiano social (textos orais, por exemplo) existem:

- 1- Em demasia ()
- 2- Em número suficiente ()
- 3- Em número insuficiente ()

e)- De acordo com a sua prática, os manuais deveriam ter mais textos literários:

- 1- Em prosa ()
- 2- De poesia ()
- 3- De teatro ()
- 4- Tradicionais ()

f)- Na consolidação de conhecimentos acha que o manual deve conter estratégias para:
(ordene de 1 a 3 a sua preferência)

- 1- O trabalho individual na sala de aula ()
- 2- O trabalho em grupos de dois ()
- 3- O trabalho em pequenos grupos de 3, 4 ou 5 ()
- 4- O trabalho de pares de alunos com o mesmo nível ()
- 5- Atividades de auto correção no final de cada conteúdo ()
- 6- Atividades adjuvantes para que os pais acompanhem o trabalho dos filhos ()

g)- Quando considera que determinado conteúdo não é suficientemente abordado no manual adotado:
(ordene de 1 a 3 o que mais utiliza)

- 1- Recorre a outro manual e utiliza fotocópias ()
- 2- Recorre a apontamentos da sua formação académica e expõe à turma ()
- 3- Convida colegas da escola para falarem aos seus alunos sobre esse assunto ()
- 4- Recorre a elementos da comunidade local ()
- 5- Passa à frente e respeita a sequência do manual ()
- 6- Elabora materiais originais ()
- 7- Pede a colegas e procede a trocas de materiais ()

h)- De acordo com as propostas do manual escolar, o desenvolvimento da escrita:

- 1- É completamente conseguido ()
- 2- Consegue-se razoavelmente ()
- 3- Raramente é possível ()

i)- Em relação ao manual, para desenvolver aspetos como a imaginação e a criatividade, considera: (ordene de 1 a 3)

- 1- Utilizar apenas as sugestões do manual ()
- 2- Melhorar as sugestões do manual ()
- 3- Complementar com estratégias completamente novas ()
- 4- Conhecer as potencialidades e expectativas dos alunos e adaptar as propostas ()
- 5- Que o manual não se contempla ()

j)- Na sua opinião, os manuais para questões de interdisciplinaridade, estão:

- 1- Muito bem concebidos ()
- 2- Razoavelmente concebidos ()
- 3- Insuficientemente concebidos ()
- 4- Concebidos de forma a não permitirem este tipo de trabalho ()

I)- Na sua opinião, os manuais: (ordene de 1 a 3)

- 1- Têm sobretudo interesse para a aprendizagem do aluno ()
- 2- Têm interesse principalmente para o professor ()
- 3- Garantem uma certa unidade no sistema educativo ()
- 4- Validam propósitos relacionados com a avaliação ()
- 5- Interessam sobretudo aos autores e às editoras ()

No espaço que se segue poderá escrever o que achar pertinente, sobre manuais escolares, que não tenha sido abordado neste inquérito.

Poderá também esclarecer alguma resposta que forneceu.

[illegible]

Muito obrigada pela sua colaboração
Maria da Luz Paiva Fidalgo Pedrosa

ANEXO II

Orientações para uma boa escolha de um manual didático

Orientações para uma boa escolha de um manual didático

1. Coerência com os planos e metas curriculares

Os conteúdos selecionados e a forma como estão distribuídos e organizados ao longo das unidades estão compatíveis com os objetivos de aprendizagem para cada disciplina e ano de escolaridade de acordo com os documentos oficiais do ME?

2. Encadeamento ao longo do ciclo

A sequência com que os temas são apresentados no manual segue a progressão de aprendizagem planeada pela escola/grupo escolar, evitando assim o risco de repetição ou exclusão de algum tema ou conteúdo?

3. Conteúdos ajustados ao nível dos alunos

O manual deve “dialogar” com o aluno. A linguagem, o vocabulário e a construção das frases são acessíveis e compatíveis com o conjunto de questões e as atividades são claras e ajudam o aluno a entender a mensagem?

4. Estratégias didáticas adequadas

A maneira como os temas/conteúdos são abordados está de acordo com os documentos curriculares oficiais?

5. Valorização da autonomia do aluno

Exercícios repetitivos ou de memorização não são aconselhados, pois levam a que o aluno seja um mero ator passivo na aprendizagem. Para tal deve selecionar manuais com atividades que permitam a aplicação do conhecimento a novas situações.

6. Estímulo à interação com o mundo do conhecimento

Além de trabalhar os conteúdos propostos é importante que os manuais promovam uma articulação com conhecimentos noutros materiais informativos, como por exemplo as novas tecnologias informáticas (CD-ROMS interativos; plataformas digitais; Internet...).

7. Conhecer o autor que está ligado ao projeto pedagógico do manual

Conhecer o currículo do autor, a sua experiência pessoal e as suas opiniões ajuda a avaliar a obra didática.

8. Livro do professor

É fundamental que os manuais selecionados sejam acompanhados de livros que ofereçam uma complementação ao trabalho em sala de aula. Esse material será mais rico se promover propostas de trabalho interdisciplinar, textos de aprofundamento e atividades adicionais às do manual do aluno.